

UMA PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO

# REVISTA SAÚDE

JANEIRO - FEVEREIRO 2017 - ANO 8 - ED. 10

## A BATALHA DA SAÚDE

A abertura para o capital estrangeiro e as várias investidas contra os direitos trabalhistas levam dirigentes sindicais a definir uma cruzada em favor da saúde brasileira

# ÍNDICE

Revista Saúde  
Edição 10  
Ano 8

- 4** Editorial
  
- 5** Investimento estrangeiro na saúde é tema de debate no 18º Encontro Paulista
- 12** Flexibilizar direitos trabalhistas enfraquece trabalhadores e sindicatos
- 15** Brasil abre as portas para empresas estrangeiras e sufoca a saúde pública
- 18** Acordos e convenções podem ser usados para precarizar relações de trabalho
- 20** Terceirização é tema de debate entre sindicalistas da saúde
- 22** Judiciário dificulta financiamento sindical e coloca em risco a própria Justiça do Trabalho
- 25** Desembargadora alerta que ninguém vai escapar da reforma da Previdência
- 28** Palestrante motivacional sugere a busca pelo novo
- 30** Presidente da UniCare destaca a importância de investir na capacitação dos profissionais
- 32** Valor social do trabalho é fundamental para uma sociedade mais justa
- 33** Federação Paulista da Saúde apresenta novo site em evento da entidade
- 34** Colônia de férias, em Praia Grande, expõe fotos de eventos 2016 da Federação
  
- 37** Contas inativas do FGTS podem ser sacadas a partir de março
- 38** Conheça seis projetos de lei que ameaçam os direitos dos trabalhadores
- 46** Reforma da Previdência propõe que contribuintes com menos de 50 anos só se aposentem aos 65
- 50** Trabalho noturno favorece ganho de peso e desenvolvimento de doenças
- 54** Artigo sobre o fim do discurso vazio repercute na imprensa
- 56** Presidente da Federação integra a Reunião Mundial da UniCare
- 58** 1º Workshop Paulista de Oratória, a busca pela boa comunicação
- 62** Federação participa da 4ª Conferência Regional da Uni Américas, na Colômbia
- 64** Trabalhadores da saúde de Bauru e região renovam a diretoria para comandar o sindicato
- 66** Presidente da Federação é homenageado na Câmara Municipal de Valinhos



## Reforma da Previdência reduz direitos sociais e inviabiliza aposentadoria

A desconstrução do Estado de bem-estar social, que pressupõe que o governo é um agente da promoção social e também organizador da sua economia, é nítida no Brasil. Este modelo de gestão, baseado na adoção de políticas públicas para nortear a vida da população, é a base da Constituição Federal, o que é mostrado logo em seus primeiros artigos. Nossos representantes políticos não podem simplesmente ignorar o papel que devem desempenhar com responsabilidade e respeito dos cidadãos. No modelo brasileiro, o Estado tem gastos obrigatórios com previdência e assistência social, saúde, educação, seguro-desemprego, entre outros direitos que são constitucionais. O governo do presidente Michel Temer parece ignorar este preceito básico de respeito e proteção à população.

Para a administração Temer, a crise seria decorrente do crescimento dessas conquistas sociais e todas, sem exceção, são agora alvo de mudanças propostas pelo governo.

Vamos refletir um pouco em relação à previdência social.

Quando o governo enviou ao Congresso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, mais conhecida como Reforma da Previdência, na qual propõe fixar a idade para o benefício em 65 anos para homens e mulheres se aposentarem, sabia que estava inviabilizando a aposentadoria para a maioria dos brasileiros.

E não adianta dizer que essas regras valem para trabalhadores com menos de 50 anos de idade para homens e 45 para mulheres. Continua tão ruim quanto antes. Mesmo porque para ter direito à aposentadoria integral será necessário somar 49 anos de contribuição com a Previdência. A regra de cálculo prevê direito a 76% da base de cálculo com 25 anos de contribuição e esta taxa aumenta um ponto percentual a cada ano. Portanto, para chegar a 100% será necessário somar 49 anos de contribuição.

Na melhor das hipóteses, quem começar a trabalhar aos 16 anos (idade mínima no Brasil para ingressar no mercado de trabalho) e nunca ficar desempregado - o que é difícil - só vai se aposentar aos 65 anos. Quem quiser estudar primeiro para depois entrar para o mercado de trabalho, provavelmente não conseguirá usufruir o benefício.

Mas a reforma da Previdência não atinge somente os mais jovens. De acordo com o texto da PEC, o governo irá criar regras de transição para homens com mais de 50 anos e para mulheres com 45 anos ou mais. Nesta regra haverá uma cobrança de 50% do tempo de contribuição em relação à regra atual, que é

a fórmula 85/95, que é a idade de acesso à aposentadoria com a soma da idade mais o tempo de contribuição, para mulheres e homens, respectivamente. Ou seja, todos os brasileiros foram atingidos com a reforma da Previdência, uns mais, outros menos.

Isso é um grave ataque contra os direitos dos trabalhadores. É inaceitável o Governo Federal estar usando uma das principais ferramentas de justiça social, que é a Previdência, para tornar a vida do cidadão ainda mais difícil. Todos vão trabalhar ainda mais para que consiga, enfim, ter o tão valioso direito de viver a fase final da vida com mais tranquilidade, descansando depois de décadas contribuindo.

O objetivo dessa reforma imoral e contrária aos interesses dos trabalhadores é acabar com o suposto rombo da Previdência, o que é uma grande falácia. Em palestra no 18º Encontro Paulista da Saúde - evento organizado anualmente pela Federação para discutir a atuação sindical na área da saúde -, a desembargadora federal do Trabalho, Ivani Contini Bramante, e o especialista em Direito e Processo do Trabalho, José Roberto Sodero Victorio, criticaram a reforma, pois ela não só tira direitos dos trabalhadores, mas também usa este artifício para pagar dívidas de bancos.

Na oportunidade, foram apresentados dados da economia do Brasil e da doutora em Economia, Denise Gentil, para provar que o déficit da Previdência, repetido nos grandes jornais do Brasil, é um discurso antigo e mentiroso. Na verdade, se somar todas as fontes de financiamento da Seguridade Social, que é a Previdência, a Assistência Social e Saúde, não há déficit, mas sim superávit de cerca de R\$ 16 bilhões.

O sistema de Previdência Social não está em crise e nem necessita de reformas que visem o ajuste fiscal, pois ele dispõe de recursos excedentes. O que existe é uma manobra contábil para mascarar a real situação das contas da Previdência e enriquecer ainda mais banqueiros e grandes empresários.

A Federação Paulista da Saúde, unida com os sindicatos filiados e os trabalhadores, vai lutar para que essa reforma inconstitucional não seja aprovada. A categoria da saúde está unida contra este grave ataque contra os direitos trabalhistas.

Edison Laércio de Oliveira - presidente



## Investimento estrangeiro na saúde é tema de debate no 18º Encontro Paulista

por Vera Bison

Cerca de 200 pessoas entre dirigentes sindicais e trabalhadores da saúde se reuniram com especialistas, membros do poder judiciário brasileiro, inclusive com representação internacional, para debater acerca da entrada do capital internacional na saúde e o desmonte dos direitos trabalhistas no 18º Encontro Paulista da Saúde, promovido pela Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

O evento aconteceu na Colônia de Férias Firmo de Souza Godinho, em Praia Grande, entre os dias 17 e 20 de outubro do ano passado e contou com várias autoridades nos mais

diversos assuntos ligados às áreas de saúde, sindicalismo, economia e judiciário. Entre elas Geraldo Augusto Pinto, doutor em Sociologia pela Unicamp; José Alexandre Buso Weiller, doutorando em Economia da Saúde pela Faculdade de Saúde Pública da USP; Ricardo Path e Canindé Pegado, respectivamente, presidente e secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Guilherme Aparecido Bassi de Melo, professor e assessor de desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) – 15ª Região; Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, diretor da Escola do TRT -15ª Região e desembargador federal do Trabalho; Ma-

**“Sem uma boa política de saúde e investimentos adequados, não teremos saúde de qualidade. Este é o momento de nos unirmos para encontrar este caminho.”**

**Edison Laércio de Oliveira**  
Presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo



noel Carlos Toledo, desembargador federal do TRT - 15ª Região; Raimundo Simão de Melo, professor, advogado, procurador do Trabalho aposentado e consultor jurídico da Federação; Ivani Contini Bramante, desembargadora do

TRT - 2ª Região e desembargadora federal do Trabalho; José Roberto Soderó Victório, advogado, especialista em Direito Previdenciário e Processo do Trabalho e conselheiro federal do Instituto dos Advogados Previdenciários (Iape);

Jéssica Paula, jornalista, especialista em reportagem especial, documentário e política internacional; e Carlos West Ocampo, presidente do Comitê Executivo Mundial UniCare/Uni Global Union e secretário-geral de la Federación de Asociaciones de Trabajadores de la Sanidad Argentina (Fatsa).

Para o presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, Edison Laércio de Oliveira, este encontro é a oportunidade de os dirigentes sindicais se aprofundarem em assuntos de fundamental importância para a categoria da saúde e contribuir para encontrar soluções para salvar a saúde. “Sem uma boa política de saúde e investimentos adequados não teremos saúde de qualidade. Este é o momento de nos unirmos para encontrar este caminho”, diz.

Além do tema central, que foi a “Entrada do

capital internacional na saúde e o desmonte dos direitos trabalhistas”, outros assuntos foram debatidos, a exemplo de “O valor social do trabalho e a livre iniciativa”, “Negociado sobre o legislado”, “Terceirização no Direito do Trabalho”, “Financiamento sindical” e “Reforma da Previdência Social”.

Todos os temas foram amplamente discutidos com os dirigentes sindicais, que puderam se informar mais sobre assuntos inerentes à área e saber um pouco mais de como agir em conjunto para cobrar dos governos medidas que contribuam para melhorar a vida dos profissionais da saúde que, por consequência, vai melhorar a saúde como um todo, não só no Brasil como em países que têm uma situação precária na área. “Não podemos abrir as portas para a entrada de capital estrangeiro na saúde. O esforço para salvar a saúde é luta constante



## A importância da Carta de São Paulo para nortear as ações da Federação

Por **Sebastião Aparecido Matias**

Presidente do Sindicato da Saúde de Presidente Prudente e Região e diretor da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Guiar-se numa determinada direção intelectual, moral e ética parte o significado da palavra nortear. É neste sentido que a Carta de São Paulo se baseia para definir as linhas de atuação das entidades sindicais que representam os trabalhadores da saúde.

Em um de seus primeiros discursos, o presidente

Temer relatou o corte dos direitos trabalhistas, quando disse que “temos que modernizar a legislação trabalhista. O Estado brasileiro precisa ser ágil, ou seja, mínimo”. Esta declaração significa que estamos vivendo em um mundo político oscilante, no qual o Estado está cada vez menos do lado do trabalhador.

Ciente desse cenário, o objetivo dos sindicatos

e da Federação é continuar lutando para que o trabalhador não perca seus direitos já adquiridos. Em tempos de crise, evoluir é uma missão muito difícil, ainda mais quando o próprio Estado não apoia a classe trabalhadora. Se unir significa ser forte, os sindicatos precisam dos trabalhadores e os trabalhadores precisam dos sindicatos. Com esta junção, a Federação, junto com os sindicatos, trabalha para não perder o que já é direito conquistado. Nossa missão é proteger os profissionais da nossa abrangência territorial.

A Federação relacionou as melhores cláusulas de cada Acordo e Convenção Coletiva de Trabalho de cada sindicato, com o intuito de elaborar uma

única pauta, que contenha as cláusulas mais benéficas para a categoria, com o objetivo de combater as medidas que ameaçam nossos trabalhadores da saúde. Uma das mais prejudiciais é a PEC da terceirização, projeto que anulará toda vitória já adquirida pela categoria da saúde.

Toda evolução parte de princípios que se baseiam em teorias, gerados para facilitar o progresso. Neste sentido, a Carta de São Paulo é a teoria sendo colocada em prática, com o intuito de direcionar as ações e evoluções da Federação com cada sindicato, evitando que os direitos já conquistados por meio de lutas ao longo do tempo não sejam perdidos.

## OPINIÃO





**“Precisamos discutir métodos para melhorar a vida dos trabalhadores, principalmente os da saúde, que enfrentam grandes resistências dos patrões e do capital internacional.”**

**Ricardo Patah**  
Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

do povo brasileiro e das centrais sindicais. Precisamos discutir métodos para melhorar a vida dos trabalhadores, principalmente os da saúde, que enfrentam grandes resistências dos patrões e do capital internacional”, ressalta o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah.

O doutorando em Economia da Saúde pela Faculdade de Saúde Pública da USP, José Alexandre Buso Weiller, destacou que o Serviço Único de Saúde (SUS) pode morrer nos próximos anos com a abertura do sistema de saúde para o

capital estrangeiro, como é o caso da seguradora Amil pela norte-americana United Health. “O sistema de seguridade social no País está sendo transformado pelas medidas econômicas e pela legislação que escancara as portas da saúde para o capital interna-

cional”, alertou.

Depois de quatro dias de intensos debates, foi lida e aprovada pelos dirigentes dos 13 sindicatos filiados à Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo a Carta de São Paulo, documento que norteia as ações dos dirigentes sindicais da saúde do Estado de São



**18º Encontro de Dirigentes Sindicais e Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo**

**CARTA DE SÃO PAULO**

**Resoluções**

Nos dias 17, 18, 19 e 20 de outubro 2016, na Colônia de Férias Firmo de Souza Godinho, em Praia Grande, com a presença de 200 delegados, realizou-se o 18º Encontro de Dirigentes Sindicais e Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, que teve por objetivo debater e definir a linha de atuação das entidades sindicais filiadas à Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo que, juntas, representam mais de 700 mil profissionais da saúde que atuam em estabelecimentos de serviços de saúde das redes privada e filantrópica.

Tendo por temas centrais a entrada do capital internacional, o desmonte dos direitos trabalhistas e o financiamento sindical e, após palestras proferidas por convidados e plenárias de debates promovidas entre os participantes, os delegados presentes no 18º Encontro Paulista da Saúde decidem:


1. Em conjunto com os sindicatos filiados desenvolver um projeto de trabalho com o objetivo de promover cursos e seminários de capacitação dos dirigentes sindicais da base, bem como dos trabalhadores sobre temas que contribuam para a conscientização e para o aumento do conhecimento construtivo de uma nova realidade na área da saúde e fortaleçam o espírito coletivo das instituições sindicais.
2. Promover Campanha Salarial unificada, visando o fortalecimento das entidades sindicais, a unificação de direitos e o combate sistemático ao desmonte de direitos trabalhistas que sistematicamente constituem uma ameaça para os trabalhadores do setor.
3. Promover encontros, reuniões e assembleias com os trabalhadores com o objetivo de debater a criação de uma taxa solidária em substituição às atuais contribuições, que garanta a manutenção do trabalho sindical em favor da categoria.
4. Com o objetivo de ter informações objetivas das doenças profissionais existentes no setor de saúde, produzir uma pesquisa para conhecer as condições de trabalho, possibilitando criar uma pauta de trabalho visando a sua melhoria.
5. Manter e reforçar a ação de combate sistemático à terceirização, tanto das atividades-meio quanto das atividades-fim, defendendo os trabalhadores, a unificação e a qualidade de atendimento no setor da saúde.
6. No tocante à entrada do capital internacional no sistema de saúde brasileiro, criar uma comissão, visando desenvolver um plano de ação para propor formas de proteção dos trabalhadores, combatendo a exploração e a redução de direitos e denunciando para a sociedade em geral os abusos cometidos pelas empresas, como forma de fortalecer a luta dos trabalhadores por um sistema de saúde digno e humanitário, que valorize os profissionais da saúde e garanta um atendimento de qualidade para a população.
7. Desenvolver um plano de ação que vise à garantia da representatividade dos profissionais da saúde brasileiros perante a sociedade, governos municipais, estaduais e federal junto ao Congresso Nacional e às entidades de nível nacional e internacional por meio de ações em nível nacional, visando atender às necessidades e os anseios da categoria da saúde.
8. Que no próximo Encontro Paulista da Saúde seja produzida uma apresentação audiovisual que permita à Federação fazer uma prestação de contas dos trabalhos realizados no decorrer do ano para os delegados sindicais presente no evento.

Praia Grande, 20 de outubro de 2016

---

**Subscrevem a 18ª Carta de São Paulo:**

Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo	Sindicato da Saúde de Piracicaba e Região
Sindicato da Saúde de Araraquã e Região	Sindicato da Saúde de Presidente Prudente e Região
Sindicato da Saúde de Bauri e Região	Sindicato da Saúde de Rio Claro e Região
Sindicato da Saúde de Campinas e Região	Sindicato da Saúde de Ribeirão Preto e Região
Sindicato da Saúde de Franca e Região	Sindicato da Saúde de São José do Rio Preto e Região
Sindicato da Saúde de Jui e Região	Sindicato da Saúde de São José dos Campos e Região
	Sindicato da Saúde de Sorocaba e Região
	Sindicato da Saúde de Santos e Região





### Caravanas

Dirigentes sindicais de várias regiões do Estado de São Paulo, filiados à Federação Paulista da Saúde estiveram presentes com suas caravanas

para integrar o 18º Encontro Paulista da Saúde. Oportunidade que, segundo os participantes, foram de muita aprendizagem.



Caravana de Ribeirão Preto



Caravana de Campinas



Caravana de Piracicaba



Caravana de São José dos Campos



Caravana de Presidente Prudente



Caravana de Santos



Caravana de Franca



Caravana de Rio Claro



Caravana de São José do Rio Preto



Caravana de Sorocaba



Caravana de Araçatuba



Caravana de Jaú



# Flexibilizar direitos trabalhistas enfraquece trabalhadores e sindicatos

por Henrique Rodrigues

**A**brindo os trabalhos do 18º Encontro Paulista da Saúde, foi à tribuna o sociólogo e professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Geraldo Augusto Pinto, que se aprofundou sobre o tema “A entrada do capital internacional na saúde e o desmonte dos direitos trabalhistas”. O professor mostrou ao público estudos de filósofos e economistas consagrados, como Karl Marx e Max Weber, para ressaltar que os interesses dos grandes capitalistas são divergentes aos interesses dos trabalhadores. “Quanto mais se avança na flexibilização dos direitos trabalhistas e no enfraquecimento das atividades sindicais, dois processos impulsionados por empresários, grande mídia e políticos, mais se estabelece o único direito que os donos do capital nacional e internacional ambicionam para os assalariados: o direito de viver para trabalhar”, destaca o Geraldo.

O sociólogo avalia também que as práticas impopulares de governos do exterior influenciam as políticas nacionais. Ele cita a PEC 241/2016,



**“Temos dezenas de projetos no Congresso Nacional que atingem gravemente o trabalhador brasileiro. Um dos mais importantes deles é o Projeto de lei 4.330/04, que intensifica ainda mais o desmonte dos direitos trabalhistas.”**

**Geraldo Augusto Pinto**  
Sociólogo e professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

que congela investimento em setores prioritários da sociedade, como saúde e educação, por 20 anos, e o Projeto de lei 4.330/04, que autoriza empresas a terceirizar atividades-fim e precarizar direitos trabalhistas. “Temos dezenas de projetos no Congresso Nacional que atingem gravemente o trabalhador brasileiro. Um dos mais importantes deles é o Projeto de lei 4.330/04, que intensifica ainda mais o desmonte dos direitos trabalhistas ao terceirizar não só as atividades-meio das empresas, mas também as atividades-fim. Isto significa que podemos sofrer a curto ou médio prazo uma precarização geral em toda a classe trabalhadora”, destaca Geraldo.

Ainda de acordo com o professor, a situação política no País está caótica ao ponto de não ser possível protestar pelas medidas impopulares do governo e de parlamentares. “Na Câmara dos Deputados, a PEC 241 foi aprovada e agora se encontra no Senado como PEC 55. Tudo isto num regime praticamente de exceção, pois a maioria das entidades representativas dos setores afetados pela proposta e a sociedade civil estão



## Capital estrangeiro pode acabar com o sistema de saúde no Brasil

Por Sérgio Roberto Balduino da Silva

Presidente do Sindicato da Saúde de Ribeirão Preto e Região e diretor de Assuntos da Previdência Social da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

De forma leviana, no apagar das luzes de 2014, nosso Congresso Nacional aprovou as regras que ampliam a atuação do capital estrangeiro na saúde do Brasil e, em janeiro de 2015, a reforma se tornou lei com a sanção da então presidente Dilma Rousseff.

Para conhecer e entender as reformas preconizadas pela lei é necessário ter tempo, dedicação, leitura atenta e muita boa vontade, pois a mesma possui 169 artigos que formam “uma grande colcha de retalhos”, tratando de coisas muito distintas. Em suma, acabou com a reserva de mercado que permitia somente aos planos e seguros de saúde nacionais (sem capital externo) de atuarem no País.

Agora, o capital externo, via de regra, formado por grandes oligopólios, podem, direta ou indiretamente, gerir e atuar no segmento de assistência à saúde, incluindo a possibilidade da gestão e administração dos hospitais (inclusive filantrópicos), clínicas e laboratórios, conforme o disposto no artigo 142 da Lei 13.097 (que altera trechos da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que constitui a essência do nosso tão sofrível Sistema Único de Saúde (SUS)).

Em nosso entendimento, o ingresso do capital

sendo ignoradas ou reprimidas em suas manifestações.”

Geraldo conclui que se não houver reação da classe trabalhadora frente às medidas do governo, o Brasil irá cometer os mesmos erros que prejudicaram a economia de outros países. “Em longo prazo, teremos privatização plena até dos serviços essenciais, que, privatizados, não continuarão a ser financiados por recursos públicos, mas por firmas terceiras que,

estrangeiro (que já se iniciou com fundos internacionais e grandes operadoras indo às compras) possibilitará a formação de grandes conglomerados, com empresas menores que serão absorvidas pelas maiores e que em nada contribuirão para a melhoria das condições de saúde ofertadas hoje ao povo brasileiro, além de que à medida que as “fusões” acontecerem, iniciar-se-á a imposição das regras do jogo que vão estrangular ainda mais as condições de trabalho, garantias trabalhistas e estabilidade no emprego. Com isto tudo, provocando a redução dos valores de remuneração salarial para toda a cadeia de profissionais que atuam na área da saúde (via de regra, pela prática da terceirização) e a diminuição das alternativas para o pleno desenvolvimento das relações de trabalho e emprego (a exemplo do que acontece hoje no segmento bancário).

Historicamente, a economia mundial nos mostra que a regra utilizada pelo capital estrangeiro em suas articulações, como a que estamos sofrendo, é sempre a de priorizar o lucro em detrimento da qualidade ou satisfação daqueles que pagam a conta, o que nos leva a concluir que tanto nós, profissionais da saúde, e todo o povo brasileiro que necessita de cuidados e manutenção da sua saúde, estamos entregues à própria sorte.

por sua vez, terceirizarão ilimitadamente em cadeia as suas próprias atividades, contratando trabalhadores com formação duvidosa, temporários, rotativos, sindicalmente fragmentados e com poder de mobilização reprimido. Se não houver reação dos trabalhadores, das entidades representativas e da sociedade civil, seguiremos em direção à tragédia do Chile, que aceitou o erro e só agora está revertendo isto”, alerta o sociólogo.



## O Estado brasileiro armado para a repressão e privatização

Geraldo Augusto Pinto  
Sociólogo e professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário “armaram” o Estado brasileiro para reprimir totalmente as manifestações de servidores públicos e da sociedade civil em todas

as instâncias. Na sequência, serão rasgados direitos fundamentais da Constituição e o País será leiloado na bacia das almas.

Em 2015, Dilma Rousseff sancionou a Lei 13.097, alterando trechos da Lei 8.080/1990, do Sistema Único de Saúde (SUS). Até então, capitais estrangeiros somente poderiam atuar nos planos e seguros de saúde. Agora, podem atuar na assistência à saúde, comprando hospitais, clínicas e laboratórios (inclusive os filantrópicos). No mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou legal a contratação de Organizações Sociais (OS) pela administração pública para gerirem escolas, universidades, hospitais, unidades de saúde, museus, entre outras autarquias, fundações e empresas estatais que prestam serviços públicos sociais.

As OS são entidades “privadas sem fins lucrativos”, criadas pelas leis 9.637/1998 e 9.970/1998. A decisão do STF foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1.923. Não somente vários reitores de universidades, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pronunciaram-se favoráveis a isto na época. Em paralelo, correu a aprovação, a toque de caixa, da “PEC do teto”. Na Câmara dos Deputados como PEC 241 e foi aprovada no Senado como PEC 55 em dezembro do ano passado. Tudo num regime praticamente de exceção, pois a maioria das entidades representativas dos setores afetados e a sociedade civil organizada foram ignoradas ou reprimidas em suas manifestações.

A PEC 55 torna a educação, como já é a saúde, um “serviço essencial”. Entre outras coisas, permite ao Estado contratar pessoal que substitua os grevistas, a começar pelas próprias OS.

O PL 4.330/2004, que libera sem limites a terceirização, até mesmo às atividades-fim, aprovado pelos deputados sem discussão no plenário, por sessão presidida por Eduardo Cunha, segue agora ao Senado como PLC 30/2015. Outras medidas de flexibilização (das jornadas de trabalho, da Previdência, etc.) com alto impacto seguem com a mesma velocidade.

Resultados imediatos: corte no orçamento de manutenção mínima em serviços públicos “essenciais”. Todos os dados, inclusive de setores do governo, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostram que, com a aprovação da PEC 55, a demanda aumentará em detrimento do orçamento. Interrupção de concursos públicos e corrosão salarial dos servidores públicos.

Em curto prazo, a contratação de médicos, enfermeiros, professores e demais profissionais via OS, que já são e serão, naturalmente, custeadas com verbas públicas. Em médio prazo: redução do funcionalismo contratado por concurso público e aumento dos contratos privados precários e rotativos, tudo com verbas públicas. Sucateamento das instalações dos serviços públicos “essenciais”, sobretudo saúde e educação. Aumento da contratação das terceiras (OS), cujas contas são mais “flexíveis” a licitações e autorizações do Poder Público. Redução das greves e desmobilização total dos sindicatos pela repressão e esvaziamento das bases e sua fragmentação pela terceirização, vez que os contratados via OS não estarão nos mesmos sindicatos dos concursados.

Em longo prazo, a privatização plena, até dos serviços “essenciais”. Privatizados continuarão a ser financiados por recursos públicos, mas por firmas terceiras que, por sua vez, terceirizarão ilimitadamente em cadeia as suas próprias atividades, contratando trabalhadores com formação duvidosa, temporários, rotativos, sindicalmente fragmentados e com poder de mobilização reprimido. Enquanto isso permanecem intocados os gastos do Estado com os serviços da dívida, os altos juros, e, acima de tudo: a estrutura tributária do País, uma das estruturas mais injustas do mundo.

## Brasil abre as portas para empresas estrangeiras e sufoca a saúde pública

Especialista em saúde traça perfil sombrio para o Sistema Único de Saúde e diz que invasão internacional é irreversível e teme pelos salários dos trabalhadores do setor

por Paulo Cesar Grange

O Serviço Único de Saúde (SUS) pode morrer nos próximos anos. Este cenário foi apontado em palestra no 18º Encontro Paulista da Saúde. O palestrante José Alexandre Buso Weiller, doutorando em Economia da Saúde pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), abordou o tema “A abertura do sistema de saúde para o capital estrangeiro”. Ele deixou claro em sua apresentação que o sistema de seguridade social no País está sendo transformado pelas medidas econômicas e pela legislação

que escancara as portas da saúde para o capital internacional. O “passo a passo da morte do SUS” é descrito por meio de medidas governamentais. Especialista em Programa de Estudos Avançados em Administração Hospitalar e de Sistemas de Saúde pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP e FGV e diretor-geral do Complexo de Saúde de Mauá (FUABC), Alexandre Weiller apresentou recortes da imprensa nos quais mostram a “invasão” internacional na saúde. A principal delas foi a aquisição da seguradora Amil pela norte-americana United Health.



**“Temos uma saúde mercantilizada, a saúde como negócio. Quem tem dinheiro, tem acesso e quem não tem vai se submeter ao programa popular do SUS.”**

**José Alexandre Buso Weiller**  
Doutorando em Economia da Saúde pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP)





**“Se os investidores e os capitalistas internacionais entenderem que há um mercado para investimentos, eles vão vir. O Brasil tem 200 milhões de pessoas e tem um estoque gigantesco de pessoas para ampliação dos serviços privados e de planos de operadoras de saúde.”**

**José Alexandre Buso Weiller**  
Doutorando em Economia da Saúde pela  
Faculdade de Saúde Pública da Universidade de  
São Paulo (USP)

Weiller destacou ainda os investimentos sociais do Brasil, muito aquém dos principais países do mundo - 15% ante mais de 20% a 30% no exterior. Também apontou o orçamento minguado na saúde pública. “O País tem que investir o triplo do que se investe hoje”, avisa. Segundo ele, é justamente o contrário que se apresenta com a proposta governamental e a PEC 241, congelando os investimentos no setor por 20 anos. Esse cenário na retração de investimentos públicos é o que abre as portas para a internacionalização do setor, conforme revela Alexandre Weiller. Junta-se a ela outras leis que permitem a chegada do capital estrangeiro, a obrigação de empresas fornecerem planos de saúde para o trabalhador e a criação do plano de saúde popular. Tudo isto pode levar à morte do SUS como é hoje.

Para tentar evitar um futuro tenebroso para o cidadão, ele recomenda a união dos sindicalistas e a mobilização da sociedade. Ele próprio distribuiu um manifesto da Frente em Defesa do SUS: “Acorda! Querem Acabar com a Saúde

do Brasil”. Após a palestra, Alexandre aprofundou algumas questões em entrevista à ‘Revista Saúde’. Abaixo, os principais pontos.

#### **Mercado de 200 milhões de pessoas**

Apesar de apresentar notícias que mostram o mercado em ebulição, Weiller disse que não se assusta com este cenário. “Não me assusto porque é mais uma tendência do mercado e um processo natural do monopólio e da acumulação de capital. Ou seja, cada vez mais empresas são compradas e monopolizadas sob controle de poucos grupos. Não é a lógica de monopólio, mas sim de oligopólio.”

O domínio do setor pelas empresas nacionais tende a um domínio internacional com a chegada das grandes operadoras. “Se os investidores e os capitalistas internacionais entenderem que há um mercado para investimentos eles vão vir. O Brasil tem 200 milhões de pessoas e um estoque gigantesco de pessoas para ampliação dos serviços privados e de planos de operadoras de saúde”, explica Alexandre.

#### **Saúde privada no lugar no SUS**

Na palestra, ele apontou que o Governo Federal tenta tirar o corpo fora da saúde pública e caminha para a privatização. “O governo decidiu agora, de forma mais clara, que o Estado tem que assumir mais um caráter privado do que público. O tamanho do público vai ser controlado. A PEC 241 congela este tamanho por 20 anos. Quem vai crescer neste mercado são os serviços privados”, diz.

Com a provável diminuição do sistema SUS, a tendência é o mercado privado de saúde crescer. Qual seria o “filão”? Planos de saúde, hospitais, laboratórios... Alexandre diz que tudo interessa nesta cadeia de produção do “cuidado da saúde”, tanto o mercado direto como o complementar: hospitais, laboratórios de análises clínicas, de exames de tomografia, de radiologia, hemodiálise. “A fusão das operadoras vai gerar a prestação de serviços mais verticalizados e as operadoras terão seus prestadores diretamente vinculados a ela.”

A rede de prestação de serviços Unimed, uma cooperativa médica fincada em boa parte do País, também corre risco de ir parar em mãos internacionais. “A Unimed não é uma operadora organizada num corpo só, é uma rede de prestação de serviços. É provável que seja comprada para ser unificada em poucas operadoras. Com o capital estrangeiro entrando, a compra será muito fácil. É dinheiro grande para quem é nacional, mas é pouco dinheiro para o mercado internacional.”

#### **Emprego e salário do trabalhador**

Essa situação de invasão no mercado da saúde pelos “estrangeiros” vai trazer algum benefício para o trabalhador da saúde? Para Alexandre, a tendência é ter uma melhora num primeiro momento, mas pode ser uma melhora enganosa. “Eles (capital internacional) só vêm para cá porque podem explorar mais. A

migração entre países só interessa porque há outros patamares de salários menores do que na matriz. Para eles é uma exploração, para a gente vai ser a mesma coisa. Não haverá mudança da qualidade para melhor, mas a manutenção ou a piora.”

Mais empregos? “É possível. Uma vez que os serviços privados crescem gera mais empregos. O investimento privado gera o efeito da submissão do trabalho ao capital, não mais uma relação mais pública, de luta e de direitos, mas sim de troca de interesses e deveres”, comenta.

Com esse cenário, os sindicatos terão muito mais trabalho para pleitear quaisquer benefícios para a categoria. “Os sindicatos vão entrar em outra plataforma de pressão. Serão muito mais pressionados e vão precisar estar muito mais organizados, caso contrário serão devorados pelos patrões. A organização multinacional faz pressão muito maior sobre os sindicatos.”

#### **Usuário: sem dinheiro e sem saúde**

Essa invasão do capital internacional e a redução da saúde pública vão atingir em cheio os usuários do SUS, na visão do especialista. “Vão perder qualidade. Por outro lado, podem até ganhar em acesso à saúde, mas só se estiverem empregados e conseguir pagar”, sentença.

O SUS, com suas deficiências, mas com uma cobertura fantástica, tende a ser direcionado para os pobres com mais deficiências? “Temos uma saúde mercantilizada, a saúde como negócio. Quem tem dinheiro, tem acesso e quem não tem vai se submeter ao programa popular do SUS.

A situação do SUS atual ocorre, segundo Alexandre, por causa do baixo investimento público em saúde. “Gastamos apenas um terço do que gastam os países europeus e o Canadá com sistemas universais. Teríamos que gastar o triplo”, pontua, prevendo reduções drásticas no orçamento nos próximos anos.

# Acordos e convenções podem ser usados para precarizar relações de trabalho

por Paulo César Grange

“Não podemos concordar que cada vez que se fala em crise queiram tirar os direitos dos trabalhadores.” A frase é do diretor da Escola do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) - 15ª Região e desembargador federal do Trabalho, Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, na palestra “Negociado sobre o legislado”.

Ele foi um dos congressistas no 18º Encontro Paulista da Saúde, realizado pela Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, que aconteceu de 17 a 20 de outubro do ano passado na Colônia de Férias Firmo de Souza Godinho, em Praia Grande.

Para o desembargador, a proposta de flexibilização nas leis trabalhistas nada mais é do que “uma maneira doce de falar em retirada de direitos”. O tema apresentado por ele não é novidade, uma vez que, segundo Francisco Giordani, esteve em ‘moda’ em governos passados e agora volta à tona sob o argumento de que o País está em crise. Caso não haja uma reação dos sindicalistas a



**“Temos que ter receio pelo que pode vir se não reagirmos à altura.”**

**Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani**  
Diretor da Escola do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) - 15ª Região e desembargador federal do Trabalho

mais esta investida patronal no bolso do trabalhador e nas conquistas históricas do movimento, o cenário vai ficar pior. “Muito pior”, reforça o especialista em Direito do Trabalho. “Temos que ter receio pelo que pode vir se não reagirmos à altura.” Ele teme ainda uma situação tão ruim a ponto

de o trabalhador ser impedido de poder falar.

Para cerca de 200 sindicalistas da área da saúde, o desembargador falou que crises “podem ser fabricadas” para justificar demissões de trabalhadores. Uma crise “feita deliberadamente” seria o argumento para impedir avanços sociais. “Crise e capitalismo sempre estiveram



## Flexibilização das leis trabalhistas trará prejuízos aos direitos dos trabalhadores

Por Paulo Pimentel

Presidente do Sindicato da Saúde de Santos e Região e 1º vice-presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Nos últimos anos, os trabalhadores passaram a observar a imensa crise política e econômica na qual o Brasil está afundado.

Estamos atravessando um cenário de total instabilidade institucional, que está a serviço de um projeto de destruição dos direitos sociais e trabalhistas, que culminará, com certeza, na extinção dos avanços conquistados pelos trabalhadores nas últimas décadas e até com a própria Justiça do Trabalho. A flexibilização nas relações do trabalho, a redução salarial, a reforma da Previdência Social, dentre outros pontos, são questões centrais no projeto de desmonte das conquistas sociais que a classe empresarial, apoiada por políticos inescrupulosos, muitos deles respondendo por processos criminais, e pela grande mídia, que infesta os meios de comunicação com informações deturpadas, tentam aplicar aos trabalhadores.

Não nos deixemos enganar! Temos, em curso, um processo de desmonte de direitos trabalhistas, que utiliza como falso argumento a “modernização das relações de trabalho” e “preservação dos vínculos

de emprego” para criar uma política de arrocho salarial e precarização da força de trabalho.

Aceitar a flexibilização das leis trabalhistas e o desmonte do direito do trabalho, da forma como estão sendo implantados, somente trará prejuízos aos trabalhadores, que já sofrem com os baixos salários e as taxas de desemprego elevadas.

Estamos presenciando, nesses dias tenebrosos, um governo sem legitimidade e mantido por setores resistentes aos avanços e direitos conquistados, após muita luta, pelos trabalhadores.

Portanto, não podemos deixar de ter em mente que a manutenção dos direitos conquistados pelos trabalhadores, de acordo com suas reais necessidades, é ponto essencial para o crescimento e desenvolvimento do Brasil e não pode, sob a falsa alegação de se combater a crise econômica que o País vem enfrentando, ser bombardeada por setores conservadores e atrasados, que estão interessados em tão somente na desvalorização do trabalhador.

juntos”, diz Giordani.

Em nome dessa “crise”, trabalhadores são amedrontados com a possibilidade da perda de emprego. Da mesma forma, ela dificulta as negociações dos sindicatos para manter e ampliar benefícios. “As convenções coletivas são a razão de ser das melhorias das relações de trabalho. Não podem ser usadas para a

precarização do trabalho. É contra a natureza das coisas”, sentencia.

Por fim, o desembargador garante que numa fase de desemprego “dizer que as partes - patrão e empregados - podem se entender é brincar com as necessidades dos outros”. E finaliza: “O que tinha de ser flexibilizado já foi feito.”



# Terceirização é tema de debate entre sindicalistas da saúde

Por Henrique Rodrigues

No 18º Encontro Paulista da Saúde, os trabalhadores e dirigentes sindicais da saúde presentes na Colônia de Férias Firme de Souza Godinho, em Praia Grande, acompanharam a palestra sobre a terceirização no direito do trabalho, ministrada pelo desembargador federal do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) - da 15ª região, Manoel Carlos Toledo.

O desembargador fez uma análise geral dos processos de terceirização no direito do trabalho no mundo e como as relações de trabalho se transformaram nos últimos anos, explicando como as terceirizações descentralizaram o vínculo de trabalho entre empregado e empregador.

“Antes era muito mais fácil identificar os profissionais de uma empresa, suas atividades, sua hierarquia nos meios de produção, porém, atualmente, com os processos de terceirizações ocorridos nas últimas décadas, tornou-se muito difícil entender a posição de cada profissional dentro de um local de trabalho e, conseqüentemente, seus direitos”, destaca Toledo. O desembargador fala que a onda de terceirizações é mundial e cita leis trabalhistas de outros países, como Equador, Guatemala, Chile e Espanha. No Brasil, ele destacou os artigos do Projeto de lei 4.330/04, em discussão no Senado Federal, que permite aos empregadores que terceirizem não só profissionais de atividades-meio, ou seja, aqueles não estão atrelados às atuações principais da empresa, como limpeza, mas também profissionais de atividades-fim, que estão diretamente relacionados, como médicos em hospitais, professores em escolas, etc. Na visão de Manoel Carlos Toledo, o Projeto de lei (PL) 4.330/04 é ruim para o trabalhador brasileiro. “Embora é reconhecível um ou outro avanço, o PL não prevê salvaguardas suficientes, não garante iso-

nomia plena de direitos e não estipula fortes instrumentos de solução de fraudes. Portanto, considero o texto prejudicial ao assalariado”, diz.

Toledo lança uma pergunta aos presentes: O que importa para as empresas terceirizarem serviços do ponto de vista econômico? “Elas buscam otimizar seus lucros e reduzir preços por meio de baixíssimos salários e altas jornadas.

O desembargador cita alguns autos de processos



trabalhistas, originados de denúncias de atividades de terceirização, consideradas inválidas pelos denunciantes. “Enquanto algumas decisões têm fundamento, outras são difíceis de identificar coerência. Como, por exemplo, o caso da denúncia de terceirização para técnico de tomografia em um hospital, que a Justiça considerou inválida por não se tratar de uma atividade-fim da unidade de saúde e sim de uma atividade-meio. Como o médico poderá curar o paciente sem um exame de tomografia?”, questiona Toledo.



## Terceirização tira direitos e benefícios na área da saúde

Por Leide Mengatti

Presidente do Sindicato da Saúde de Campinas e Região e diretora de Relações Intersindicais da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Representar uma entidade responsável por administrar conflitos trabalhistas e, ao mesmo tempo, mobilizar trabalhadores por melhorias na área da saúde é uma tarefa desafiadora, principalmente em tempos de crise econômica. As notícias que envolvem aumento do desemprego, inflação e desconfiança da população na política ilustram bem o cenário desfavorável em que nos encontramos. Com a gestão de Michel Temer era de se esperar mudanças, não só na área da saúde, mas também em outros setores da economia para ajustar as contas públicas e possibilitar a retomada dos investimentos. Entretanto, a conta desta crise deve sobrar novamente para o trabalhador.

No meio da discussão sobre medidas da austeridade do governo, algumas armadilhas têm sido colocadas no caminho dos trabalhadores e vendidas como soluções para os problemas do emprego. Entre elas a terceirização da mão de obra, que hoje é realidade para 13 milhões de trabalhadores. O controverso Projeto de Lei (PL) 4.330/2004, que permite a terceirização irrestrita das atividades de empresas privadas, aguarda votação no Senado.

Sob o pretexto de regulamentar a terceirização, o PL permite que as empresas contratem serviços até mesmo de atividades-fim, que caracteriza o objetivo principal do empreendimento, dando início a um processo de precarização do emprego. Se aprovado o PL, os efeitos negativos serão ainda mais devastadores para os trabalhadores.

De acordo com estudo feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os trabalhadores terceirizados recebiam, em dezembro de 2013, 24,7% a menos do que os que tinham contratos diretos com as empresas, jornada semanal de três horas a mais e estavam mais suscetíveis a acidentes de trabalho.

Para se ter uma ideia do quão é prejudicial a terceirização ao trabalhador, segundo pesquisa da Conferência

Nacional da Indústria (CNI), a principal motivação para 91% das empresas terceirizarem parte de seus processos é a redução de custo e apenas 2% a especialização técnica. Do ponto de vista econômico, o que importa para empresas terceirizarem serviços? Elas buscam otimizar seus lucros e reduzir preços por meio de baixíssimos salários, altas jornadas e pouco ou nenhum investimento em melhoria das condições de trabalho. Na saúde, as terceirizações seriam prejudiciais não só para os trabalhadores, mas também para o atendimento. Imagine um hospital onde cada área de atuação esteja sob controle de uma empresa? Portaria, recepção, enfermagem, administração, médicos, etc. Mesmo com toda tecnologia que uma boa unidade de saúde pode oferecer, o paciente seria apenas um número que poucos saberão as razões pelos quais procurou atendimento.

É importante destacar que os profissionais de saúde têm uma característica peculiar em relação à boa parte das profissões: eles cuidam de pessoas em condições de fraqueza física ou emocional e para isto é necessário carinho e amor pelo que faz. Precarizar estas relações de trabalho compromete a atuação do trabalhador no cuidado com os pacientes.

Ou seja, as empresas, ao invés de melhorarem as condições de trabalho e oferecer melhores salários para os funcionários, elas retiram direitos e benefícios duramente conquistados ao longo dos anos sem nenhuma contrapartida para o profissional. O ajuste fiscal, que é provocado com o corte dos benefícios trabalhistas, não volta para o trabalhador de nenhuma forma.

A realidade imposta pela terceirização não é a da modernidade, como se faz pensar alguns políticos e representantes de grandes empresas, e sim de um País com relações ultrapassadas de trabalho, que fere os preceitos de igualdade. O PL da terceirização irá aumentar as dívidas sociais no Brasil e não irá tirar o País da crise econômica e causará retrocesso nos direitos trabalhistas.

# Judiciário dificulta financiamento sindical e coloca em risco a própria Justiça do Trabalho

por Paulo César Grange



O professor e advogado Raimundo Simão de Melo, procurador do Trabalho aposentado e assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, em sua palestra no 18º Encontro Paulista da Saúde denunciou que está em curso um movimento para enfraquecer e até acabar com o movimento sindical. O caminho para isto seria cortar as fontes de financiamento das instituições que defendem os trabalhadores.

Raimundo Simão falou sobre os projetos do Congresso Nacional e de iniciativas dos que querem o fim da Justiça do Trabalho. Ele citou o processo que está em curso contra a Justiça do Trabalho e, por consequência, com a principal instituição que defende o trabalhador. “O mundo está caindo sobre nossas cabeças, sobre a cabeça do movimento sindical.”

A tentativa de sufocar o movimento sindical, demonizando tudo e todos que agem em prol dos trabalhadores, segundo ele, é para evitar iniciativas da classe em busca de seus direitos. “Se o trabalhador vai à luta, ele pode cruzar os braços, e



## Final de ano sem saúde e sem trabalho

Por Milton Carlos Sanches

Presidente do Sindicato da Saúde de Sorocaba e Região e diretor de Assuntos Parlamentares da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

O final de ano foi triste para os trabalhadores da saúde. Sem perspectivas de receber salários e 13º, recorreram ao Judiciário que, por sua vez, está inchado com as centenas de milhares de processos, fazendo com que estes trabalhadores esperem, muitas vezes, por praticamente um ano para a primeira audiência.

E olha que tentamos de tudo, desde as já tradicionais mesas-redondas até a recém-criada Conciliação Pré-Processual do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região, que em alguns casos surtiram efeito. Porém, ao descobrirem a não obrigatoriedade de cumprir aquelas tentativas de pré-processual, muitos dos acordos ali firmados foram descumpridos, trazendo mais uma decepção aos trabalhadores, que, apesar do amor à profissão, caminham em direção à greve, última tentativa de recuperar o que lhes é devido.

Na base do Sindicato da Saúde de Sorocaba, as greves se sucederam em uma escala jamais vista e sempre pelos mesmos motivos: não pagamentos de salário e 13º e também pela falta de condições de trabalho. Problemas que, invariavelmente, acabam atingindo aqueles que nada têm a ver com os problemas criados pelos gestores de todas as esferas e chegam a ferir direitos humanos, como foi o caso dos pacientes psiquiátricos do Hospital Vera Cruz de Sorocaba, que é o grande “polo de desinstitucionalização”, a menina dos olhos dos grupos antima-

nicomiais e do Governo Federal. O hospital chegou a fornecer apenas “sopas” como refeições principais, e ao cúmulo de funcionários, que também ficaram sem refeição, dividirem o seu almoço ou jantar com alguns pacientes.

Que luta é esta? Que política é esta que segregam seres humanos que na sua grande maioria nem sabe por que está lá, e chegam ao cúmulo de alimentá-los com sopas, sem serviço de médicos 24 horas, e com uma limpeza terceirizada reduzida ao extremo? Além de tudo isso, os pacientes e funcionários são obrigados a trabalhar e a conviver com fezes, sangue e todo tipo de sujeira. Neste mar de lama só se salvam os trabalhadores, que a despeito de todos os problemas, são os que carregam essas entidades nas costas.

Sem contar as Santas Casas de todo País que vivem o pior momento da sua história. Muitas fechando, outras paradas como aqui na nossa base territorial, com greves em quatro cidades diferentes, incluindo a Santa Casa de Palmital que, no momento, que eu escrevia este artigo, completava 50 dias de greve, sem contar que o presidente deste estabelecimento de saúde é o presidente da Federação das Santas Casas do Estado de São Paulo. Até o presente momento, a Santa Casa citada é a que mais tempo permanece em greve no Estado.

A saúde brasileira está na UTI e, sem querer ser pessimista, a tendência é piorar, pois as políticas voltadas à saúde nos apontam para este horizonte.

isto incomoda o patrão, que vai ter prejuízo. Por isto vemos ataques aos sindicatos”, destaca.

### Liminar x Súmula

Raimundo Simão citou formas atuais de financia-

mento do movimento sindical, sendo que algumas delas não são mais aceitas pela Justiça. Sobre aos sindicatos, portanto, a mensalidade sindical e parte da contribuição sindical.

Também falou sobre práticas existentes no País e



## Desembargadora alerta que ninguém vai escapar da reforma da Previdência

por Paulo César Grange

como os tribunais judiciários têm se posicionado, praticamente todas às vezes contrários ao movimento sindical. Uma delas, expedida pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que cassa a Súmula 277, extinguindo a vigência de cláusulas sociais até que sejam renovadas em nova convenção coletiva.

“O STF está fazendo uma reforma trabalhista”, aponta. Citou o ministro Dias Tóffoli por ter decidido que “trabalhador da saúde não tem direito à greve” ao julgar um caso de hospital de Ribeirão Preto (SP). Por ser uma atividade essencial, no entendimento do magistrado, o profissional não pode adotar a greve para se defender dos abusos. “Não pode fazer greve, e agora?”, questiona Raimundo Simão.

### Taxa de solidariedade

A sugestão dele, por exemplo, seria instituir uma taxa de solidariedade, paga pelo trabalhador,

decidida em assembleia e com um valor razoável. Paga por todos da categoria, não apenas pelos sindicalizados.

“Se o trabalhador não quer pagar contribuição, o sindicato não vai funcionar.” Para ele, é uma aberração o trabalhador fazer jus aos benefícios da convenção coletiva e ao mesmo tempo assinar carta de oposição para não pagar a taxa assistencial.

No entendimento do advogado, que atuou como procurador do Trabalho antes de se aposentar e se dedicar à luta das entidades de classe, é preciso que os sindicalistas estejam unidos e levem às centrais sindicais suas propostas.

“Vamos procurar nossos ‘padrinhos’ (deputados e presidentes de centrais sindicais) e pedir que façam alguma coisa. As cúpulas sindicais precisam se unir. Vamos correr atrás, levar propostas, buscar o apoio de associações e da própria Justiça do Trabalho”, sentencia Raimundo Simão de Melo.

**“Se o trabalhador vai à luta, ele pode cruzar os braços e isto incomoda o patrão, que vai ter prejuízo. Por isto vemos ataques aos sindicatos.”**

**Raimundo Simão de Melo**  
Advogado e consultor jurídico da  
Federação dos Trabalhadores da Saúde  
do Estado de São Paulo



“A reforma da Previdência Social vai pegar todo mundo.” O alerta foi feito pela desembargadora federal do Trabalho, Ivani Contini Bramante, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) - 2ª Região.

Ela foi uma das conferencistas no 18º Encontro Paulista da Saúde, dedicado a discutir a “Reforma da Previdência Social”.

Em sua palestra, a desembargadora falou sobre as medidas que estão em curso pelo Governo Federal para flexibilizar as leis trabalhistas, inclusive dificultar a aposentadoria por parte dos trabalhadores. Segundo ela, o termo flexibilizar nada é mais do que um “afrouxamento do direito social”, ou seja, o trabalhador vai sentir no bolso quando as novas medidas entrarem em vigor. É justamente isso o que teme a especialista: ninguém vai escapar da reforma da Previdência. “Quem

ainda está trabalhando sofrerá com as mudanças, exceto quem já é aposentado; os demais não têm direito adquirido, mas apenas uma expectativa de direito”, diz.

Enquanto o “pacote” do governo sobre as novas normas da reforma da Previdência não chega, Ivani Bramante prevê que haverá uma regra de transição para quem está próximo da aposentadoria. Certamente terá de trabalhar alguns anos a mais do que o previsto para conquistar o direito.

Isto já ocorreu quando foi adotado o sistema de concessão de aposentadorias pelo critério 85/95, que será ampliado para 90/100 até 2022. O governo, diz ela,

estuda ignorar esta transição e adotar a idade mínima ampliada desde agora.

A desembargadora destacou também sobre outras questões em vias de flexibilização de direitos, des-



**“Quem ainda está trabalhando sofrerá com as mudanças, exceto quem já é aposentado; os demais não têm direito adquirido, apenas uma expectativa de direito.”**

**Ivani Contini Bramante**  
Desembargadora federal do Trabalho, do  
Tribunal Regional do Trabalho (TRT) - 2ª  
Região

tacando que desde 1994 já existe esta situação. Ela lembra que a própria luta pela reposição salarial não é regulamentada, cabendo aos sindicatos buscá-la nas convenções coletivas.

“Milhares de categorias estão no vazio desde 1994”, lamenta, apontando que desde então não houve avanços, mas sim retrocessos nas questões sociais. A própria aposentadoria mudou as regras algumas vezes, como também foram adotadas restrições na concessão de auxílios e benefícios, como auxílio-desemprego, auxílio-doença, auxílio-invalidez e aposentadoria. As reformas, no entendimento de Ivani Bramante, estão em curso em diversas frentes: Legislativo (Cons-

tituição e leis), Executivo (decretos e regulamentos) e Judiciário (jurisprudência restritivas de direitos fundamentais) e cada um eliminando conquistas históricas do movimento sindical. “Por isto, os dirigentes sindi-

cais devem se unir e lutar para que as conquistas não sejam dizimadas das categorias, que ainda batalham pela melhoria de condições de trabalho e de salários”, finaliza ela.

## OPINIÃO

## Reforma à vista. Salve-se quem puder

**Aristides Agrelli Filho**

Presidente do Sindicato da Saúde de São José do Rio Preto e Região e 1º tesoureiro da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Tempos escuros esperam os trabalhadores da nova geração, caso a reforma da Previdência, ventilada nos corredores do poder, realmente seja aprovada e colocada em prática. Dentre os pontos que mais causam preocupação na classe trabalhadora é a elevação de idade mínima para se aposentar, que subiria para 65 anos para ambos os sexos (homens e mulheres). Com isto aquele trabalhador que se inicia cedo no mercado de trabalho será o maior prejudicado com a mudança.

Outro ponto que preocupa é que o tempo de contribuição também poderá aumentar, chegando até 49 anos. Como representante de uma categoria em que mais de 90% dos trabalhadores são mulheres, o que mais preocupa é que, tendo como pano de fundo, que as mulheres vivem mais do que os homens e elas se aposentam atualmente cinco anos mais cedo, é necessário a uniformização, em que homens e mulheres terão que trabalhar ou ter a mesma idade mínima (65 anos) para poder se aposentar.

Essas mudanças serão muito prejudiciais à classe trabalhadora e, por isso, temos que lutar para manter a regra 85/95, que prevê aumento progressivo da soma entre idade e tempo de contribuição até o ano de 2.027. Outro problema que não podemos deixar de discutir é que se houver uma mudança na fórmula que ela não

seja aplicada para os trabalhadores que já estão no sistema, como defende o Governo Federal e o setor empresarial. Temos que ter uma transição em que esta regra nova, caso venha a ser aprovada, tenha validade apenas para os novos trabalhadores que entrarem no mercado de trabalho. E diferente do que muitos tentam colocar na mente da população que a média de idade de aposentadoria no País é baixa, deve ser desmentido, pois estudo recente feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que trabalhadores com menor rendimento salarial, que são a maioria no Brasil, aposentam-se com uma média de 60 anos. Isto porque muitos destes trabalhadores atuam, durante um período da sua vida, na informalidade.

O mesmo estudo mostra que os trabalhadores urbanos com maiores rendimentos, acabam se aposentando com a idade tão falada pelo Governo Federal e as grandes mídias em torno dos 50 anos. E como a maioria da classe trabalhadora brasileira, infelizmente, está enquadrada com os menores rendimentos, acaba sendo a mais prejudicada. E já que o governo quer tanto acabar com a sangria dos cofres da Previdência, que tal mexerem primeiro com as altas aposentadorias pagas aos políticos e aos que exercem cargos políticos, dentre eles o próprio presidente da República?

## O déficit da Previdência é um discurso antigo e mentiroso

por Henrique Rodrigues

O advogado e especialista em Direito e Processo do Trabalho, José Roberto Victório Sodero, priorizou em debater sobre a parte econômica da reforma da Previdência.

O advogado questionou a validade da reforma e os autores da mesma. “Existem muitos deputados no Congresso Nacional que não gostam das garantias a direitos sociais escritas na Constituição e fazem de tudo para tirá-las. São interesses de pessoas poderosas, contrárias aos interesses do povo, envolvidas nesta reforma”, destaca Sodero. Ele iniciou sua análise, destacando que o governo faz um cálculo equivocado da arrecadação previdenciária. Ele afirma que o Governo Federal não inclui todas as fontes de receita da Previdência, o que resulta num valor total muito abaixo do real. Por outro lado, o governo inclui todas as despesas da Previdência para ilustrar um cenário de déficit. “O déficit da Previdência é um discurso antigo e mentiroso. A imprensa usa o marketing negativo para o tema, um método muito usado pela Alemanha nazista”, diz ele.

O especialista apresenta dados da economia do Brasil e da doutora em Economia, Denise Gentil, para reforçar sua crítica à reforma

da Previdência. De acordo com Sodero, em 2015, um ano marcado por forte recessão e alta nas taxas de desemprego, a Previdência obteve receita bruta de R\$ 675,1 bilhões e gastou R\$ 658,9 bilhões.

Portanto, mesmo com todos os problemas, houve um superávit de R\$ 16,1 bilhões.

Sodero reforça que os argumentos favoráveis à reforma da Previdência Social não são verdadeiros e são contrários aos interesses dos trabalhadores.

“Ao contrário do que é difundido pelo governo e pela imprensa, o sistema de Previdência Social não está em crise e nem necessita de reformas que visem ao ajuste fiscal, pois dispõe de recursos excedentes. Não existe crise, o que existe é uma manobra contábil para mascarar a real situação das contas da Previdência Social”, explica.

Este superávit da Previdência tem servido aos propósitos da política fiscal, firmemente voltada para a geração de superávits primários em escala crescente. “Ou seja, o problema do déficit fiscal não está nos gastos excessivos da seguridade social, mas no montante de recursos que o governo deve empregar no pagamento de juros da dívida pública. Portan-

to, estamos enriquecendo os banqueiros com estes bilhões”, finaliza.



**“Não existe crise, o que existe é uma manobra contábil para mascarar a real situação das contas da Previdência Social.”**

**José Roberto Victório Sodero**  
Advogado e especialista em Direito e Processo do Trabalho



# Presidente da UniCare destaca a importância de investir na capacitação dos profissionais

por Vera Bison

Finalizando a série de palestras do 18º Encontro Paulista da Saúde, o presidente do Comitê Executivo Mundial UniCare, da UniGlobal Union, e secretário-geral de la Federación de Asociaciones de Trabajadores de la Sanidad Argentina (Fatsa), Carlos West Ocampo, fez um panorama geral da situação da saúde, dizendo que os problemas são iguais em todo o mundo, o que difere são as formas de buscar soluções.

Ele cita os países da América, como Uruguai, Paraguai, Bolívia, os quais estão na mesma situação de deficiência de profissionais e instrumentos hospitalares, o que prejudica o atendimento à saúde. “A falta de visão e de uma política para formar profissionais de saúde fazem com que estejamos longe dos países desenvolvidos”, diz.

Segundo ele, na década de 80, na Argentina, 80% dos trabalhadores da saúde não eram formados. “Como parte da política, começaram a formar auxiliares de enfermagem nas comunidades, oferecendo curso de um ano e fazer convênio com universidades para que eles recebessem a certificação de enfermagem. Os profissionais tinham o compromisso de passar pelo menos um ano nas comunidades”, diz ele, lembrando que hoje se forma muitos profissionais na área da saúde. “Temos um enfermeiro para cada médico, o que, na realidade, poderia ser três ou quatro para cada médico.”

Há dois anos, de acordo com o sindicalista, junto com organizações da Europa, África e Ásia, foi criada a UniCare e a Uni Cuidados para que a população mais velha e mais pobre pudesse ter melhor qualidade de vida. “Hoje, na Argentina



**“A falta de visão e de uma política para formar profissionais de saúde fazem com que estejamos longe dos países desenvolvidos.”**

**Carlos West Ocampo**  
Presidente do Comitê Executivo Mundial UniCare, da Uni Global Union

existem três enfermeiros para cada 1.000 habitantes acima de 65 anos, pois temos que lutar por uma saúde melhor, sem avaliar a condição social, indepen-

dente dos países, pois eles são nossos irmãos”, reflete, destacando que a maior riqueza do ser humano não é ter dinheiro, é ter saúde. “A UniCare tem um audacioso programa com vistas para o futuro e vamos lutar para inseri-lo em todos os países.”

Ocampo criticou os governos, ressaltando que eles se preocupam mais com casos imediatos, aqueles que saem na mídia. “É mais fácil fazer uma obra, construir um hospital do que oferecer cursos de profissionalização, porque a obra sai na mídia, em todos os jornais; constroem hospitais com todos os equipamentos, mas não investem em profissionais



## Promover saúde é dever universal

Por Edna Alves  
Presidente do Sindicato da Saúde de Jaú e Região e 1ª secretária da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

A principal ferramenta para a promoção da saúde do trabalhador na área da saúde

é a Norma Regulamentadora 32 (NR-32). Criada graças ao empenho da nossa Federação, esta norma tem a finalidade de estabelecer as diretrizes para implementar medidas de proteção à segurança e à saúde dos profissionais da saúde.

Mas nem de longe a NR-32 consegue mudar o triste panorama dos companheiros da saúde. Não pela ineficiência das normas, mas sim pelo desprezo dos gestores e administradores da saúde em adotá-las. Por mais cobranças e denúncias que as entidades de defesa da classe façam esta coletânea de normas nunca é seguida à risca.

O empregador não fornece as condições mínimas de trabalho, ignora o fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual, não promove capacitações aos empregados e raramente contabiliza eventuais acidentes de trabalho. Em suma, nossos colegas da saúde estão expostos a riscos físicos, biológicos e psicológicos no ambiente de trabalho.

Diante da experiência nossa no setor e com base na pouca bibliografia sobre o assunto é possível afirmar que estresse e depressão estão no topo da lista dos males do trabalhador da saúde. O número insuficiente de profissionais para lidar com os pacientes nos hospitais, a sobrecarga de trabalho, o desgaste

emocional e até mesmo o assédio moral são algumas causas que afetam a saúde do trabalhador.

Podemos citar ainda condições físicas impróprias, falta de capacitação profissional, falta ou mau uso dos EPIs, exposição a substâncias tóxicas, jornadas excessivas com rodízios e horas extras além da conta, também fazem parte da lista de problemas que verificamos nas visitas aos serviços de saúde. Além disso, tem funcionários com múltiplos empregos por causa dos baixos salários, falta de acompanhamento psicológico, ineficiência no registro das comunicações de acidentes de trabalho...

Tudo isso cria um cenário onde falar em “promover a saúde do trabalhador” parece uma utopia. Faltam muitas iniciativas para dar ao profissional da área a saúde que ele precisa para cuidar da saúde dos outros. Falta fiscalização, faltam autuações para combater as irregularidades, falta humanidade aos patrões. Para esta lista infindável de problemas faltam soluções.

Mas, para começar, recomendamos que os hospitais ofereçam a sua equipe de trabalho um acompanhamento psicológico. Funcionários deprimidos, irritados, estressados, pressionados, sobrecarregados e, certamente com problemas familiares, requerem ajuda profissional. Sabemos que não é ‘frescura’ cuidar da mente. É necessário ter uma mente sã para que o corpo também esteja sadio.

para manuseá-los. Investir na saúde não sai no jornal”, reflete o sindicalista.

Outro ponto levantado pelo sindicalista é o avanço da tecnologia, que substitui o trabalhador por equipamentos controlados por computador. “Na área da saúde, os profissionais não podem ser substituídos por robôs ou computadores. A área da saúde precisa de gente.”

Ele alerta que os sindicatos precisam unir forças, estar juntos para defender a classe trabalhadora e lutar para melhorar a saúde no mundo, “porque os inimigos são os mesmos e os sindicatos são a peça-chave para buscar soluções e precisamos fazer nossa voz ser ouvida e vamos trabalhar para isto”, diz, lembrando que Brasil e Argentina se complementam. “Se o Brasil espirrar aqui, a Argentina pega pneumonia”, brinca.

## Valor social do trabalho é fundamental para uma sociedade mais justa

por Henrique Rodrigues

“O valor social do trabalho e a livre iniciativa” foi um dos temas abordados por Guilherme Aparecido Bassi de Melo, que é professor, mestre e assessor de desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) - 15ª Região, no 18º Encontro Paulista da Saúde, promovido pela Federação Paulista da Saúde.

Guilherme fala da importância de reconhecer e valorizar o profissional dentro do dinamismo da vida em sociedade, seja ele da área que for, e dá exemplos do cotidiano, como colocar o lixo na rua, por exemplo. “Você está em sua casa descansando e se dá conta de que precisa jogar o lixo na lixeira e faz este descarte no local que está acostumado. O caminhão de lixo chega e os trabalhadores da coleta fazem o restante do serviço para você. Agora imaginem uma cidade sem estes profissionais por uma semana, o caos que seria”, destaca. Esse olhar de como um trabalhador faz falta para uma sociedade é o valor social do trabalho, explica. Ele ressalta que é “fundamental numa sociedade mais justa reconhecer o profissional como um ser humano, que está ocupando o seu tempo para exercer uma atividade que vai beneficiar uma ou mais pessoas, mas, infelizmente, esta valorização é quase inexistente”, diz.

“Por que falamos primeiro

em valor do trabalho e depois da livre iniciativa? Porque não existe livre iniciativa sem trabalho, mas existe trabalho sem livre iniciativa. Uma pessoa pode ajudar em um trabalho voluntário ou qualquer atividade não remunerada, entretanto, o empresário que investe milhões em um empreendimento não terá resultados se não tiver a força de trabalho”, pontua.

Na visão de Guilherme Bassi, os profissionais da saúde têm conhecimento do valor social do trabalho, porque cuidam de vidas. “São responsáveis pela saúde de milhões de pessoas, mas isto infelizmente não é tão valorizado no Brasil. Só os que trabalham diretamente na área da saúde reconhecem o valor social do seu trabalho”, conclui.

**“Vocês cuidam de vidas. São responsáveis pela saúde de milhões de pessoas, mas isto infelizmente não é tão valorizado no Brasil. Só os que trabalham diretamente na área da saúde reconhecem o seu valor social do trabalho.”**

**Guilherme Aparecido Bassi de Melo**  
Professor, mestre e assessor de desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) - 15ª Região



## Federação Paulista da Saúde apresenta novo site em evento da entidade

por Gabriela Rodrigues

Com a presença de trabalhadores, sindicalistas, especialistas e membros do Judiciário brasileiro, o novo portal da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo foi apresentado durante o 18º Encontro Paulista da Saúde, que foi realizado entre os dias 17 e 20 de outubro, em Praia Grande. Visando a melhor comunicação com os sindicatos filiados e com os trabalhadores da área da saúde, o novo portal tem design mais limpo e dinâmico. As informações estão estrategicamente distribuídas em menus de fácil acesso para que o internauta localize rapidamente o que procura. No menu ‘Federação’, o internauta tem acesso à história da entidade, à apresentação do presidente, Edison Laércio de Oliveira, às informações sobre a diretoria e aos dados dos sindicatos filiados.

Em ‘Comunicação’, encontram-se artigos, notícias, clippings e edições da revista ‘Saúde’ e do jornal ‘Saúde & Luta’.

Em ‘Multimídia’ estão dispostas as fotos e os vídeos de eventos, reuniões, audiências, entre outros assuntos de interesse da categoria.

No menu ‘Eventos’ estão reunidos todos os acontecimentos anuais promovidos pela entidade: Workshop de Organização Sindical, Simpósio da Saúde Mental, Reunião da UniCare, Homenagem ao Trabalhador da Saúde e Encontro Paulista da Saúde. Em cada link há notícias, fotos e arquivos para download relacionados aos eventos.

O site também oferece versões em português e inglês, além de disponibilizar algumas matérias em espanhol.

Acesse e conheça: [www.federacaodasaude.org.br](http://www.federacaodasaude.org.br).



## Colônia de férias, em Praia Grande, expõe fotos dos eventos 2016 da Federação

por Vera Bison

**D**irigentes sindicais, trabalhadores da saúde e conferencistas puderam avaliar os trabalhos de 2016 promovidos pela Federação Paulista da Saúde numa exposição de fotos espalhadas pela Colônia de Férias Firmo de Souza Godinho, em Praia Grande, durante a realização do 18º Encontro Paulista da Saúde.

Os presentes no Encontro aprovaram a iniciativa da Federação de expor as fotos para que todos conheçam um pouco dos trabalhos que a entidade promove para valorizar a categoria, a qual representa. “Esta exposição é muito importante para que nossos associados saibam das ações da Federação”, diz Luiz Carlos Vergara, diretor de Comunicação da Federação Paulista

da Saúde, lembrando que a mostra ficará em exposição durante todo o ano de 2017, dando oportunidade para que os hóspedes apreciem os trabalhos realizados em prol da categoria. Vergara lembra que os dirigentes sindicais estão sempre atentos e não medem esforços para buscar o melhor para os trabalhadores que representam. “Todas as ações da Federação também podem ser acompanhadas pelo novo site, que foi lançado no 18º Encontro Paulista da Saúde e está totalmente modernizado, de fácil busca de notícias e sendo muito bem-aceito pelos internautas que constantemente fazem visitas em busca de informações da categoria. Veja a seguir um pouco dos eventos promovidos pela Federação.



### 12 de maio - Dia Estadual do Trabalhador da Saúde

Como anualmente acontece no mês de maio, quando se comemora o Dia Estadual do Trabalhador da Saúde, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) reserva um dia na agenda para celebrar a data, que este ano aconteceu no dia 20. Ocasão em que foram homenageados 13 profissionais da saúde, um de cada sindicato, filiado à Federação Paulista da Saúde, que representam os cerca de 700 mil trabalhadores existentes no Estado.



### Workshop de Organização Sindical

Com o objetivo de orientar os dirigentes sindicais para as negociações coletivas de 2016, os 13 sindicatos filiados à Federação Paulista da Saúde, reuniram-se no 1º Workshop Paulista de Organização Sindical, realizado nos dias 17 a 20 de fevereiro, em Atibaia (SP). Depois deste, outros 12 foram realizados, um em cada sindicato da base da Federação: Araçatuba, Bauru, Franca, Jau, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba, lembrando que Campinas fez em fevereiro, paralelamente ao 1º Workshop Paulista de Organização Sindical.



### 2º Simpósio de Saúde Mental

Com o objetivo de aprofundar o debate sobre a política implementada na área da saúde mental, a Federação Paulista da Saúde realizou o 2º Simpósio de Saúde Mental do Estado de São Paulo. O evento aconteceu no dia 28 de abril, em Franca (SP). O tema em debate foi encontrar uma política que preserve o emprego dos trabalhadores e o direito da atenção à saúde dos pacientes dos hospitais psiquiátricos e as alternativas que os estabelecimentos do setor têm para continuar atendendo as pessoas com transtornos mentais.



#### Reunião Regional da UniCare

Em 12 de abril, delegações compostas por sindicalistas de vários países, como Argentina, Canadá, Colômbia, México e Uruguai, estiveram em Campinas com o objetivo de integrar os trabalhadores em nível mundial, de forma a promover um intercâmbio de informações e trabalho que possam promover a real evolução desses profissionais da saúde.



#### Workshop Paulista de Oratória

Entre os dias 8 e 29 de agosto foi promovido em 12 cidades do Estado o 1º Workshop Paulista de Oratória. O evento contou com a presença do presidente da Federação, Edison Laércio de Oliveira, e todos os dirigentes sindicais dos sindicatos das cidades que sediaram o workshop. O evento teve como objetivo preparar os dirigentes sindicais para falar em público com objetividade.



#### Quer ver a exposição?

Visite a Colônia de Férias Firmo de Souza Godinho.  
Avenida dos Sindicatos, 273  
Vila Mirim - Praia Grande - SP  
Fone (13) 3471-2758  
colonia@federacaosaude.com.br

## Trabalhadores com contas inativas do FGTS podem sacar os recursos a partir de março

por Henrique Rodrigues



O Governo Federal anunciou em dezembro que os trabalhadores podem sacar os recursos nas contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), as quais não recebem mais depósito dos empregadores. As regras valem somente para os cidadãos que foram demitidos – por justa causa ou não - ou pediram demissão até dezembro de 2015. A Caixa Econômica Federal (CEF) já definiu o cronograma de pagamento, mas a orientação do governo é que todos os cotistas recebam o dinheiro no prazo máximo de um ano. Dessa forma, quem nasceu em fevereiro receberá em março, e assim sucessivamente. Há a possibilidade de estes meses serem agrupados para encurtar o prazo, mas esta hipótese não foi confirmada pelo governo. De acordo com o presidente, a medida promete injetar cerca de R\$ 30 bilhões na economia brasileira e amenizar a crise.

Enquanto a liberação do saque não é concretizada, o trabalhador pode visualizar o saldo das contas inativas. Há várias formas de saber: o trabalhador pode baixar o aplicativo do FGTS em qualquer celular e depois informar o NIS (Número de Inscrição Social), que está disponível na carteira de trabalho, no extrato do FGTS ou no Cartão do

Cidadão.

É possível acessar e visualizar o saldo das contas inativas pelo Cartão do Cidadão e no site da Caixa, no qual é necessário ter o número do PIS e cadastrar uma senha. Qualquer dúvida, o cotista pode ligar de graça para o atendimento da Caixa 0800 726 0207.

Antes, só tinha direito a sacar o FGTS de uma conta inativa quem estivesse desempregado por, no mínimo, três anos ininterruptos.

O 2º vice-presidente da Federação Paulista Saúde, Erivelto Correa Araújo, ressalta a importância de sacar os recursos das contas inativas do FGTS em razão da pouca rentabilidade do Fundo. “O rendimento mensal do FGTS é muito pequeno, menor do que a poupança, que já é pequeno. Para diminuir os efeitos da crise, a medida é importante, mas somente isto é insuficiente para aliviar as contas do trabalhador”, diz.

De acordo com informações do G1, entre janeiro de 2000 e dezembro de 2016, o FGTS acumulou retorno de 120,63%. No mesmo período, a inflação medida pelo índice de preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu a marca de 200%. Em 2016, a inflação de 6,29% ficou acima dos ganhos do Fundo, de 5,01%.





## Deputados e senadores servem a quem? Conheça seis projetos de lei que ameaçam direitos dos trabalhadores

por Henrique Rodrigues

Salvar a economia do Brasil e retomar os investimentos nas áreas sociais. Estas eram as promessas de Michel Temer, quando assumiu o posto de presidente da República após o impeachment de Dilma Rousseff. Com o apoio da maior parte dos deputados e senadores, Temer tinha tudo para atingir os objetivos, entretanto, o atual presidente propõe medidas que prejudicam os trabalhadores, como as reformas trabalhista e da Previdência. Como se não fosse o bastante, não é só o Governo Federal que tem ido na contramão dos interesses do trabalhador, mas também o Congresso Nacional. Muitos deputados e senadores não se cansam em apresentar propostas que têm sido vendidas aos cidadãos como instrumentos para o desenvolvimento,

mas, na verdade, eles são um retrocesso político e social. “Em tempos de crise na economia e na política é comum aparecer ‘heróis’ que prometem acabar com todos os problemas do Brasil. Isto não ocorre só durante as eleições, mas no dia a dia da política. Muitas vezes, ficamos muito ligados na figura do Executivo e do presidente da República, mas esquecemos de que alguns membros do Legislativo, como deputados federais e senadores, podem ser ainda mais prejudiciais ao

povo”, destaca o presidente da Federação Paulista da Saúde, Edison Laércio de Oliveira. Ele reforça a necessidade de a população acompanhar a atuação do poder legislativo. “É fundamental que o trabalhador acompanhe não só o que o presidente da República tem feito

“É fundamental que o trabalhador acompanhe não só o que o presidente da República tem feito pelo povo, mas também os deputados e senadores. Muitos deles ficam no Congresso, distantes dos olhares da imprensa e da população, mas criam projetos de lei e aprovam medidas sem o conhecimento da sociedade.”

Edison Laércio de Oliveira  
Presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

pelo povo, mas também os deputados e senadores. Muitos deles ficam escondidos no Congresso, distantes dos olhares da imprensa e da população, mas criam projetos de lei e aprovam medidas sem pressão nenhuma da sociedade”, diz. Edison Oliveira alerta que alguns projetos de lei na Câmara e no Senado prejudicam não só os trabalhadores da área da saúde, mas também de todas as categorias. Os PLs e as PECs abaixo, se aprovados, farão ruir todos os fundamentos,

princípios e as garantias constitucionais quanto à dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho.

Confira seis dos mais prejudiciais projetos aprovados ou que estão em discussão no Congresso Nacional.

### Projetos aprovados recentemente ou que estão em discussão no Congresso

#### PL 6787/2016 - Reforma trabalhista

O Projeto de lei 6.787/2016, conhecido como reforma trabalhista, busca modificar e flexibilizar as leis trabalhistas. O PL foi enviado para a Câmara dos Deputados em dezembro do ano passado e é considerado pelas centrais sindicais um dos principais ataques aos direitos dos trabalhadores. “As mudanças elaboradas e apresentadas, sem levar em conta a opinião dos trabalhadores e, acima de tudo, representam uma grave precarização às condições de emprego”, destaca o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah. Já, Edison Oliveira, presidente da Federação Paulista da Saúde, ressalta que o PL fará com que o trabalhador trabalhe mais e, conseqüentemente,

adoeça com mais frequência. “É exatamente em tempos de crise econômica que os trabalhadores precisam de mais proteção. Esta reforma trabalhista visa tornar a vida do trabalhador e da trabalhadora ainda mais difícil. Não podemos permitir novos retrocessos”, avisa Edison.

Veja as principais mudanças contidas na reforma:

#### Jornada de trabalho

A reforma trabalhista, se aprovada, permite que a jornada de trabalho seja negociada entre empregadores e empregados, desde que respeitado o limite máximo de 220 horas mensais e de 12 horas diárias ou o máximo de quatro horas extras semanais. Isto atinge a maioria dos trabalhadores brasileiros.

Importante lembrar que a flexibilização da jornada pode colocar em risco também os trabalhadores da saúde que possuem jornada especial de trabalho de 180 a 200 horas mensais.

#### Férias

Se passar, o texto da reforma prevê que as férias poderão ser divididas em três períodos de descanso.

#### Prevalência do negociado sobre o legislado

O PL normatiza que os acordos coletivos de trabalho definidos entre as empresas e os sindicatos poderão se sobrepor às leis trabalhistas definidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Portanto, passa a ter prevalência do negociado sobre o legislado.

#### Prorrogação de contratos temporários

Os contratos temporários de trabalho poderão passar dos atuais 90 dias para 120 dias, prorrogáveis por mais 120 dias.

#### Tempo de almoço

Atualmente, o tempo de almoço é de uma hora na maioria dos casos. Na reforma, este tempo pode ser negociado, mas terá que ter, no mínimo, 30 minutos.

#### PEC 55/2016 (241/2016)

Esta já não tem jeito de mudar, pois foi aprovada em dezembro pelo Senado Federal e já está em



**“Este PL (4.330/04) não garante isonomia plena de direitos e não estipula fortes instrumentos de solução de fraudes. Portanto, considero o texto prejudicial ao assalariado.”**

**Manoel Carlos Toledo**  
Desembargador federal do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) - 15ª Região

vigor. Conhecida como a PEC dos gastos públicos, a medida estabelece um limite de gastos da União, que será congelado em níveis de 2016 e corrigido, ano a ano, de acordo com a variação da inflação.

Para se ter uma ideia do prejuízo social, em apenas 10 anos da Proposta de Emenda Constitucional (PEC), o governo deixará de investir em educação e saúde cerca de R\$ 465 bilhões, apenas no plano federal. Se a proposta se estender para Estados e municípios pode atingir até R\$ 1 trilhão no período. Somente nos próximos dois anos, a PEC vai retirar R\$ 12 bilhões da área da saúde. A Federação Paulista da Saúde foi contra a PEC por entender que ela vai prejudicar os trabalhadores e os investimentos na área da saúde.

“Usar cálculos para investir menos significa que o governo não está preocupado com os prejuízos sociais que essa PEC vai causar. Ela ataca direitos trabalhistas e benefícios duramente conquistados pelos trabalhadores, além de prejudicar também o atendimento à população”, destaca Edison.

#### PL 4.330/04 (PLC 30/2015) – Projeto de lei da terceirização

Em abril de 2015, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 4.330/04 que permite a terceirização das atividades-fim das empresas do setor privado e foi enviado ao Senado, onde poderá ser aprovado a qualquer momento. Este projeto é considerado prejudicial aos trabalhadores, pois retira benefícios, direitos e conquistas.



## A prevalência do negociado sobre o legislado

Por Carlos José Gonçalves

Presidente do Sindicato da Saúde de São José dos Campos e Região e diretor de Legislação e Normas da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

A prevalência do negociado sobre o legislado com repercussão nacional preocupa as entidades sindicais uma vez que o objeto de discussão tramita no âmbito dos três poderes da República, e com maior ênfase na reforma trabalhista, que é inevitável e ocorrerá cedo ou tarde. Acerca do tema há duas posições antagônicas no Poder Judiciário: a do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a do Supremo Tribunal Federal (STF).

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) entende que as entidades sindicais não têm legitimidade de fato e que os instrumentos de negociação coletiva não podem servir para suprimir direito assegurado em lei, mesmo com a substituição deste direito por outros benefícios. Entende, portanto, que o legislado prevalece sobre o negociado. O Diário eletrônico da Justiça publicou a decisão do Supremo Tribunal Federal no dia 13/09/2016, do então ministro Teori Zavascki, provendo um recurso extraordinário (RE 895.759) e reformando decisão do Tribunal Superior do Trabalho, que havia anulado uma cláusula de acordo coletivo que excluía o pagamento das horas ‘in itinere’. Neste caso, o sindicato e a empresa haviam negociado esta exclusão em troca de outros benefícios mais vantajosos financeiramente aos empregados.

Para decidir sobre a matéria, Zavascki faz remissão ao caso BESC (caso semelhante apreciado pela Suprema Corte em 2015), advertiu que “não se constata, por outro lado, que o acordo coletivo em questão tenha extrapolado os limites

da razoabilidade, uma vez que, embora tenha limitado direito legalmente previsto, concedeu outras vantagens em seu lugar, por meio de manifestação de vontade válida da entidade sindical”. Neste caso, afirma o ministro, que deve se respeitar o negociado sobre o legislado, mesmo que se limite direito legalmente previsto, uma vez que seja mais vantajoso ao trabalhador.

A seriedade desse posicionamento desponta para o fato de que a magnitude da decisão que teve seu início com o caso BESC, que parece ter sido mitigado pelo TST, foi assegurada pelo STF em um caso representativo de controvérsia. Isto significa que a atual decisão causará efeitos em muitos processos em que houver discussão da prevalência do negociado sobre o legislado.

Na estrutura do Poder Judiciário brasileiro, em matéria constitucional, o STF tem a palavra final. A questão tem status na Lei Maior, especificamente no artigo 7º, inciso XXVI e almejamos que a partir de agora o Judiciário Trabalhista deverá analisar com outros olhos a questão da legitimidade dos sindicatos e da possibilidade de transação coletiva em matéria trabalhista. Competirá ao sindicato decidir quais conveniências serão mais benéficas para aquela categoria específica, respeitadas as questões que digam respeito a saúde e segurança do trabalhador.

O debate no Congresso Nacional deve continuar, mas enquanto ele não se resolve, as matérias de cunho trabalhista serão enfrentadas pelo STF, conforme anunciado pela presidente da Suprema Corte, ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha.

#### CORREÇÃO

No artigo intitulado “Contribuição assistencial x Constituição Federal de 1988”, de autoria do Sr. Carlos José Gonçalves, publicado na edição 9, de agosto/setembro, da revista Saúde, foi erroneamente grafado: “A contribuição prevista em convenção coletiva, fruto do disposto no artigo 513, alínea ‘e’, da Constituição Federal...”. A informação correta é: “A contribuição prevista em convenção coletiva, fruto do disposto no artigo 513, alínea ‘e’, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)...”.





## Jornada exaustiva leva profissionais a estresse e depressão

Por Maria Hermann

Presidente do Sindicato da Saúde de Rio Claro e Região e diretora cultural da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Em que situação nossos trabalhadores estão exercendo sua jornada de trabalho? Com toda a certeza, e na maioria dos estabelecimentos de saúde, eles estão expostos a situações extremamente estressantes. Isto porque o quadro de funcionários é insuficiente para execução de todas as tarefas, o que sobrecarrega os profissionais, levando-os a uma jornada exaustiva e desgastante, tanto física quanto emocional. E a situação está cada dia mais séria no setor da saúde, este que é o responsável por manter saudável a população brasileira. Deparamos também com trabalhadores que se desdobram em jornadas duplas e, às vezes, até triplas, elevando a cada dia o índice de afastamento por doenças, incluindo-se aí a Síndrome de Burnout e a depressão. É preciso humanizar o trabalho na saúde. Precisamos de políticas que valorizem estes profissionais, observando o correto dimensionamento de pessoal e com a garantia de salários dignos para que possam trabalhar com mais tranquilidade e num único emprego. Esta é uma profissão que lida com vidas, que cuida da nossa

saúde, não só física como também mental, que nos dá atenção quando estamos fragilizados e merecem o respeito da sociedade e dos governantes. Eles precisam de jornadas menores de trabalho para que possam usufruir mais tempo com a família, estudar, desfrutar de momentos de lazer para recarregar as energias e tornar a vida mais leve. Nossos governantes precisam se conscientizar de que a situação na área da saúde está caótica e precisa melhorar, porque a população e os trabalhadores merecem esta atenção. Como representantes da categoria da saúde, nossa luta é contínua por melhores salários, redução de jornada, mas o trabalhador também precisa fazer a sua parte, cobrando de seus deputados a aprovação dos projetos que beneficiam a categoria da saúde, como o que estabelece a jornada de trabalho de 30 horas, que há 17 anos se encontra no Congresso Nacional, além do piso salarial em nível nacional para a enfermagem. Essa luta é de todos nós: sindicatos, federações e trabalhadores. Juntos somos mais fortes.

Além da terceirização das atividades-fim das empresas, o PL 4.330/04 reduz a arrecadação de Imposto de Renda do executivo federal, entre outras medidas. Na visão do desembargador federal do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), da 15ª região, Manoel Carlos Toledo, o projeto é ruim para o trabalhador brasileiro, pois não soluciona os problemas da legislação atual e ainda retira direitos. “Este PL não

garante isonomia plena de direitos e não estipula fortes instrumentos de solução de fraudes. Portanto, considero o texto prejudicial ao assalariado”, destacou o desembargador em sua participação no 18º Encontro Paulista da Saúde, realizado em outubro do ano passado, pela Federação Paulista da Saúde, na Colônia de Férias Firmo de Souza Godinho, em Praia Grande. “Com a aprovação do PL, viveremos em um mundo



“Esse projeto (PL 4.302/1998), que voltou das cinzas, é um dos mais absurdos ataques aos direitos trabalhistas. Se este modelo proposto for aplicado ao extremo, é possível que as empresas de qualquer ramo de atividade, inclusive da saúde, operem sem nenhum trabalhador próprio.”

Edison Laércio de Oliveira

Presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

de milhões de prestadores de serviços. O trabalhador terceirizado que presta serviço para o contratante não possui vínculo com este e, muitas vezes, nem sequer conhece seu próprio empregador. Como podemos achar positiva esta relação tão distante entre funcionário e patrão?”, questiona Edison. O PL 4.330/04 espera para ser votado no Senado desde 2015. O texto foi aprovado com o apoio do até então presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

### PL 4.302/1998 – Proposta de terceirização total, inclusive com quarteirização

Este projeto de lei, proposto pelo deputado Laércio Oliveira propõe alterar os significados de “trabalho temporário” e “terceirização”. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o trabalho temporário passa a ser uma espécie de terceirização. O vínculo de trabalho não será direto, mas intermediado por uma empresa terceira de trabalho temporário. O trabalhador terceirizado terá os mesmos benefícios do “efetivo direto”, mas a relação de emprego fica mais precária em razão da responsabilidade apenas subsidiária da contratante e

do vínculo indireto do trabalhador.

Além disso, a terceirização passa a ser generalizada e se radicaliza com subcontratação, conhecida como quarteirização. Não há garantia de salário e jornada equivalentes e a relação de trabalho entre o trabalhador e o contratante passa a ser ainda mais precária. O PL 4.302/1998 estava engavetado há 15 anos e voltou a ser discutido no dia 17 de novembro, quando o deputado, autor da proposta, apresentou parecer favorável à matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. “Esse projeto, que voltou das cinzas, é um dos mais absurdos ataques aos direitos trabalhistas. Se este modelo proposto for aplicado ao extremo, é possível que as empresas de qualquer ramo de atividade, inclusive da saúde, operem sem nenhum trabalhador próprio sequer”, diz Edison Oliveira.

### Liminar do ministro do STF, Gilmar Mendes, que suspende o princípio da ultratividade da Súmula 277, do TST

Uma ação que não vem do Legislativo e do Executivo, mas que também é prejudicial aos direitos trabalhistas, é a liminar, de autoria do ministro do

Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que suspende o princípio da ultratividade da Súmula 277, do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Essa súmula prevê que as cláusulas de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) fiquem incorporadas ao contrato individual de trabalho até que um novo acordo ou nova convenção seja assinado. Esta súmula do TST serve para orientar os juízes do Trabalho em como decidir em determinadas ações trabalhistas. Edison Oliveira explica que o princípio da ultratividade da Súmula 277 garante segurança jurídica ao trabalhador. “Enquanto não houver um novo acordo ou convenção é sensato que o anterior permaneça em vigor. Com esta liminar, basta que uma empresa se recuse a renovar as cláusulas do ACT ou da CCT com os sindicatos e os direitos ali contidos deixarão de existir”, explica.

Gilmar Mendes tomou a decisão da liminar contra a Súmula 277 ao julgar uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), apresentada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem).

De acordo com o texto do processo da liminar, em 1988, o TST editou a súmula para afirmar que as

condições de trabalho previstas em acordo e convenção somente entrariam em vigor pelo prazo estipulado. Em 2012, houve uma mudança neste entendimento e passou a considerar que valeriam as regras até um novo acordo ou convenção coletiva, o que protege os direitos dos trabalhadores até o fim das negociações. Esta alteração mais recente foi suspensa pelo ministro por meio da liminar. Edison Oliveira dá um exemplo de como a medida de Gilmar Mendes pode prejudicar o trabalhador. “Imagine que no acordo ou na convenção anterior garanta ao funcionário de uma empresa um plano de saúde. Com esta liminar, quando expirada a data do acordo ou da convenção precedente, o trabalhador ficará sem este plano de saúde de um dia para outro, até que seja assinado novo acordo ou convenção. Isto é muito grave, uma pegadinha com o trabalhador.”

#### **PL 4.962/2016 - Prevalência do negociado sobre o legislado**

Este projeto de lei é ainda pior do que o previsto na reforma trabalhista do governo, já que, se aprovado, pode reduzir salário. De autoria do deputado federal Júlio Lopes (PSB), este projeto traz de volta a prevalência absoluta do negociado sobre a legislação

## **Democracia Ativa** **Projetos que beneficiam o trabalhador**

Em prol de melhorias na categoria da saúde, uma das iniciativas da Federação Paulista da Saúde é a campanha “Democracia Ativa”, criada especialmente para o Facebook, no qual mobiliza os trabalhadores da saúde e a sociedade como um todo para pressionar os deputados para que seja acelerada a aprovação de projetos da área da saúde, que estão parados no Congresso.

#### **PL 2.295/00 – Redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais**

Um dos projetos fundamentais para os profissionais da saúde é o PL 2.295/00, que prevê a redu-

ção da jornada de trabalho para 30 horas semanais de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, visando melhor qualidade no atendimento aos pacientes em estabelecimentos de saúde.

#### **PL 4.924/09 – Pisos corrigidos de acordo com a inflação**

Outro projeto de interesse do trabalhador, que está engavetado na Câmara dos Deputados, é o PL 4.924/09, que fixa o piso nacional para a área de enfermagem. O texto prevê que, se aprovada a lei, os pisos deverão ser corrigidos pela inflação acumulada no período, medida pelo INPC-IBGE.

“A mentalidade é aumentar os investimentos em saúde e não diminuir como está sendo planejado. São projetos como estes que podem melhorar não só a vida de centenas de milhares de profissionais de saúde, mas também a qualidade do atendimento à população. A categoria da saúde vai se unir e lutar ainda mais para evitar que novos retrocessos aconteçam”, finaliza Edison Oliveira.



**“Em nome da crise, trabalhadores são amedrontados com a possibilidade de perda de emprego pelos empregadores, os quais dificultam as negociações dos sindicatos para manter e ampliar benefícios.”**

**Edison Laércio de Oliveira**  
Presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

quando autoriza a redução de direitos previstos em lei por meio de acordos ou convenções coletivas de trabalho.

É o Executivo e o Legislativo andando lado a lado. Para o desembargador federal do Trabalho, Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, as propostas de flexibilização nas leis trabalhistas são formas mais ‘doces’ de falar em retirada de direitos. “Em nome da crise, trabalhadores são amedrontados com a possibilidade de perda de emprego pelos empregadores, os quais dificultam as negociações dos sindicatos para manter e ampliar benefícios. As convenções são a razão de ser das melhorias das relações de trabalho e não podem ser usadas para a precarização do trabalho. É contra a natureza das coisas”, conclui.

A prevalência do negociado sobre o legislado também está contida nas propostas para a reforma

trabalhista, enviada pelo presidente em dezembro. Para Edison Oliveira, há muito em comum entre as propostas de terceirização e da prevalência do negociado. “Elas não acabam formalmente com a CLT, mas criam um modelo paralelo de contratação de funcionários, mais precário e com direitos reduzidos. O PL 4.962/16 faz parte da agenda de prioridades de entidades empresariais e é prejudicial para o trabalhador”, reforça.

Em nota divulgada em setembro do ano passado, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) defende mudanças nas leis trabalhistas, mas sem prejudicar os trabalhadores e critica a reforma. “Somos contra o negociado sobre o legislado e defendemos a modernização das relações trabalhistas sem retirada de direitos dos trabalhadores. Defendemos também a jornada de trabalho de 40 horas semanais e somos contrários à terceirização na atividade-fim”.





## Reforma da Previdência propõe que contribuintes com menos de 50 anos só se aposentem aos 65

De acordo com texto da proposta enviada pelo presidente da República, para ter direito ao benefício integral será necessário somar 49 anos de contribuição

por Henrique Rodrigues

**A**pós votar favorável à PEC 55/2016, que congela investimentos em saúde, educação e outras áreas sociais por 20 anos, o Congresso Nacional deve votar nos próximos meses uma nova proposta que vai prejudicar os trabalhadores. No início de dezembro, o presidente Michel Temer enviou à Câmara dos Deputados a reforma da Previdência, na qual propõe

fixar em 65 anos a idade para se aposentar, tanto para homens quanto para mulheres. Estas regras valem para trabalhadores com menos de 50 anos de idade (homens) e 45 anos (mulheres). O presidente da República também propõe que para ter direito ao benefício integral será necessário somar 49 anos de contribuição com a Previdência. Isto porque a regra de cálculo prevê direi-

to a 76% do benefício com 25 anos de contribuição. Esta taxa aumenta um ponto percentual a cada ano. Portanto, para chegar a 100% será necessário somar 49 anos de contribuição.

O 2º vice-presidente da Federação Paulista da Saúde e presidente do Sindicato da Saúde de Araçatuba, Eivelto Correa Araújo, condena a proposta de reforma da Previdência. “Isto é uma aberração contra os trabalhadores. É inaceitável o Governo Federal usar uma das principais ferramentas de justiça social, que é a Previdência, para tornar a vida do trabalhador ainda mais difícil. Todos terão que trabalhar muito mais para que consiga, enfim, ter o tão valioso direito de viver a fase final da vida com mais tranquilidade e dignidade”, diz Eivelto.

Ele completa, alegando que os argumentos usados para justificar essa reforma não são verdadeiros. “O objetivo desta reforma imoral e contrária aos interesses dos trabalhadores é que ela busque acabar com o suposto rombo da Previdência, o que é uma grande mentira.”

Em palestra no 18º Encontro Paulista da Saúde, evento organizado anualmente pela Federação para discutir a atuação sindical na área da saúde, a desembargadora federal do Trabalho, Ivani Contini Bramante, e o especialista em Direito e Processo do Trabalho, José Roberto Sodero Victorio, reforçaram que a reforma da Previdência tira direitos dos trabalhadores para pagar dívidas do governo aos bancos. Na oportunidade, foi apresentado dados da economia do Brasil para provar que o déficit da Previdência, repetido nos grandes jornais do Brasil, é um

discurso antigo e mentiroso. Os palestrantes concluíram que, se somar todas as fontes de financiamento da Seguridade Social, da Previdência, Assistência Social e Saúde, não há déficit, mas sim superávit de cerca de R\$ 16 bilhões.

“O sistema de Previdência Social não está em crise e nem necessita de reformas que visem o ajuste fiscal, pois dispõe de recursos excedentes. O que existe é uma manobra contábil para mascarar a real situação das contas da Previdência e enriquecer ainda mais

banqueiros e grandes empresários”, diz Sodero.

Eivelto destaca que a Federação Paulista da Saúde, unida com os sindicatos filiados e os trabalhadores, vai lutar para que essa reforma inconstitucional não seja aprovada. “A categoria da saúde está unida contra este descalabro”, diz o sindicalista.

**“O objetivo desta reforma imoral e contrária aos interesses dos trabalhadores é que ela busque acabar com o suposto rombo da Previdência, o que é uma grande mentira.”**

**Eivelto Correa Araújo**  
2º vice-presidente da Federação dos  
Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

**Centrais sindicais são contrárias à reforma proposta por Temer**  
Em setembro de 2015, foi divulgada durante o Fórum de

Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência, a proposta das principais centrais sindicais do País para reforma da Previdência.

A proposta das centrais sindicais para a sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro parte do princípio de que a Previdência Social é parte integrante do conceito de Seguridade Social, nos termos do artigo 194 da Constituição Federal.

Juntamente com os direitos relativos à saúde e à assistência social, a Previdência Social deve ser financiada por toda a sociedade, fazendo jus aos recursos provenientes dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e das contri-

buições sociais de empregados e empregadores, também como previsto no artigo 195 da Constituição Federal.

Considerando essa ampla e diversificada base de financiamento, as centrais sindicais entendem que o orçamento da Previdência Social é e sempre foi superavitário.

Em nota técnica divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos (Dieese), em outubro de 2016, as centrais sindicais reforçam sua posição contrária à reforma. “É inoportuna qualquer proposta de reforma que signifique supressão



**“Não vamos aceitar esta proposta da forma que está. Vamos insistir para que estas mudanças não aconteçam justamente em cima das pessoas que fazem parte das camadas mais pobres.”**

**Ricardo Patah**  
Presidente da União Geral de Trabalhadores (UGT)

ou restrição de direitos adquiridos pelos trabalhadores”.

Neste mesmo documento, as centrais sindicais entendem “que a plena cobertura previdenciária é um objetivo permanente a ser buscado, demandando políticas e programas específicos”. E para o alcance deste objetivo, propõem a criação do Conselho Nacional de Seguridade Social, com composição multipartite.

Participaram do Fórum e da elaboração da proposta da Previdência a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT).

De acordo com a Súmula 173, do

### Propostas das centrais sindicais para a reforma da Previdência

- Revisão ou fim das desonerações das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento das empresas.
- Revisão das isenções previdenciárias para entidades filantrópicas.
- Alienação de imóveis da Previdência Social e de outros patrimônios em desuso, por meio de leilão.
- Fim da aplicação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre o orçamento da Seguridade Social.
- Criação de Programa de Recuperação Fiscal (Refis) para a cobrança dos R\$ 236 bilhões de dívidas ativas recuperáveis com a Previdência Social.
- Destinar à Seguridade Social as receitas fiscais oriundas da regulamentação dos bingos e jogos de azar, em discussão no Congresso Nacional.



### Parabéns coronéis, vocês venceram!

**Por Erivelto Corrêa de Araújo**  
Presidente do Sindicato da Saúde de Araçatuba e Região e 2º vice-presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

“Jabutí não sobe em árvore, alguém o coloca lá”!

Milhões de brasileiros, que trabalharam e contribuíram décadas para a Previdência Social, em razão da miséria que recebem a título de proventos (aposentadoria), continuam a trabalhar apesar da saúde e da idade para poderem sobreviver; e pior ainda, apesar de aposentados são obrigados a continuar contribuindo para a chamada “seguridade social”, e recebem o que em troca? Nada!

Batemos nas portas do Supremo Tribunal Federal, “a mais alta Corte do País”, segundo o Collor de Mello, com um humilde pedido! Permitam-nos trocar de aposentadoria e incluir as contribuições que descontaram de nós na nova aposentadoria. Por decisão da maioria, “a mais alta Corte” decidiu que não, ou seja, os doutos e eminentes ministros entenderam que devemos sim continuar contribuindo em troca de nada e

seremos beneficiados com coisa nenhuma.

Ficou claro que “a mais alta Corte” nos condenou a pagar para poder trabalhar.

O pior de tudo é que quem decidiu assim nem sequer propôs o término dos descontos (contribuições) dos aposentados e a devolução dos valores recebidos pela Previdência.

Como diria a turma do “Beco”: Esta foi mais fácil que tomar pirulito da mão de criança.

Afinal de contas para que se preocupar se nenhum deles vai se aposentar pela Previdência Social e nem fazer “bico” para completar a aposentadoria.

Com certeza, os grupos de previdência privada antecipadamente agradecem pelo empenho e atenção. E viva o capital internacional!

Os doutos e eminentes ministros com esta decisão disseram apenas à sociedade: Somos assim, e daí?

Parabéns, coronéis! Vocês venceram.

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), as centrais sindicais propuseram alternativas para reforma na Previdência do presidente da República. De acordo com as centrais, estas propostas têm o objetivo de aumentar a arrecadação da Previdência sem prejudicar os trabalhadores.

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, também não concorda com a reforma da Previdência. Em evento realizado pela central sindical, que contou com a presença do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o sindicalista reforçou a posição contrária da UGT à proposta de Temer.

“Quando pensamos em mudanças na Previdência, este é um tema muito sensível para ser aprovado da maneira que está sendo apresentando. Não vamos aceitar esta proposta da forma que está. Vamos insistir para que as mudanças não aconteçam justamente em cima das pessoas que fazem parte das camadas mais pobres”, diz Patah.

Na oportunidade, ele reforçou que a UGT entende que é preciso que haja uma reforma, mas como foco principal a unificação de todo o sistema. Para ele, existe muita desigualdade nas políticas atuais da Previdência. “Precisamos acabar com os privilégios”, conclui.





## Trabalho noturno favorece ganho de peso e desenvolvimento de doenças

por Gabriela Rodrigues

Você já deve ter percebido que quando passa a noite acordado por algum motivo e vai dormir quando o dia amanhece não consegue descansar a mente e o corpo de forma adequada. Isto porque o descanso deve acontecer durante a noite, já que é neste período que a melatonina, hormônio responsável por regular o sono, é liberada em maior quantidade pelo organismo, contribuindo para o repouso e a reposição das energias. Ainda contribuem para a má qualidade do

sono a luz do dia, os barulhos e os movimentos dentro de casa, fazendo com que o sono seja perturbado facilmente. Muitos trabalhadores precisam se adequar a esta rotina de trocar o dia pela noite, como seguranças, policiais, motoristas e profissionais da saúde. No Brasil, estima-se que cerca de 15 milhões de pessoas se submetam a rotinas laborais noturnas, segundo o Instituto do Sono em São Paulo, com dados do Ministério do Trabalho.

A médica cardiologista Roseli Cavassani afir-



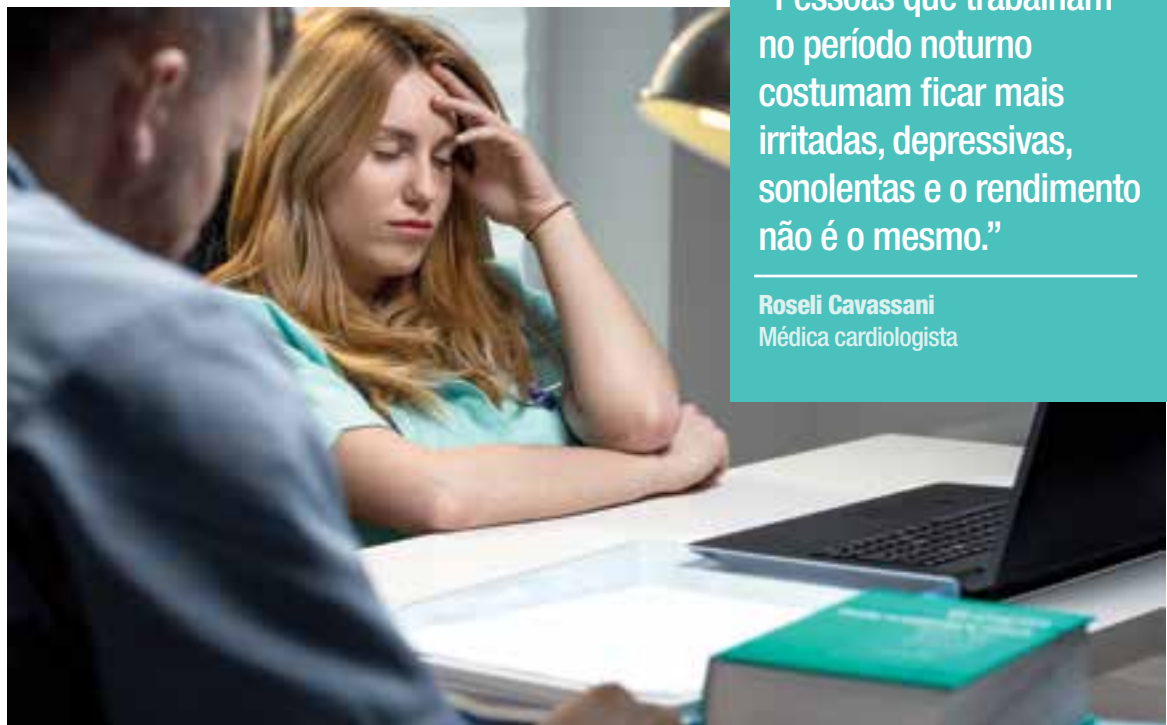
**“A pessoa até consegue dormir oito horas ininterruptas, porém não é a mesma coisa, por conta de alterações hormonais, em que o corpo humano tem um sistema de regulação.”**

**Roseli Cavassani**  
Médica cardiologista

ma que não é possível ter a mesma qualidade de sono dormindo durante o dia. “A pessoa até consegue dormir oito horas ininterruptas, porém não é a mesma coisa, por conta de alterações hormonais, em que o corpo humano tem um sistema de regulação. A glândula pineal produz melatonina que durante a noite está em nível maior e de manhã o nível abaixa”, explica a médica. Pesquisas demonstram que profissionais que passaram a trabalhar no período noturno têm predisposição a engordar, devido às altera-

ções hormonais. De acordo com um estudo da Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o turno noturno provoca alterações hormonais que fazem com que o organismo não reconheça mais sinais de saciedade.

Para realizar esta pesquisa, foram avaliadas 24 trabalhadoras do Hospital das Clínicas, da Universidade Estadual de Campinas. Elas foram submetidas a refeições padrões, que consistem na ingestão de 515 calorias, com uma dieta hiperproteica (em que há maior



“Pessoas que trabalham no período noturno costumam ficar mais irritadas, depressivas, sonolentas e o rendimento não é o mesmo.”

Roseli Cavassani  
Médica cardiologista

consumo de proteínas e gorduras, aliado a uma baixa ingestão diária de carboidratos) e hiperlipídica (com quantidades aumentadas de gorduras). Todas tinham a mesma faixa de índice de massa corpórea (entre 25 e 35), padrões semelhantes de atividade física e de condições socioeconômica e cultural. Doze funcionárias trabalhavam à noite e 12 eram do turno diurno.

Após realizar as refeições, as mulheres ficavam em observação por um período de quatro horas. Foi constatado que, ao terminar de comer, as funcionárias que trabalhavam à noite não passavam pela queda do hormônio grelina, nem pelo aumento da substância xenina – são elas que controlam a saciedade no organismo. Entretanto, este balanço hormonal costuma ocorrer em qualquer pessoa que tenha uma rotina normal. A grelina também reduz o gasto de energia, causa retenção de gordura e aumenta a produção de glicose no corpo. A Universidade Federal de São Paulo (Uni-

fesp) também fez uma pesquisa nesse sentido. Durante dois anos, pesquisadores acompanharam um grupo de 7 mil trabalhadores noturnos das mais diferentes atividades, em quatro Estados: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro e constataram que no primeiro ano de trabalho noturno 93% das pessoas pesquisadas engordaram em média 6,2 quilos. E elas continuaram engordando; a cada ano houve um aumento de peso entre 800 gramas e 1,2 quilo. Além disso, a pesquisa mostrou que dormir pouco ou dormir mal enfraquece o sistema imunológico e altera a produção de hormônios, como a insulina. Quem não dorme bem acabam criando maus hábitos alimentares e normalmente são sedentários. Muitos têm hipertensão e acabam desenvolvendo diabetes. “Pessoas que trabalham no período noturno costumam ficar mais irritadas, depressivas, sonolentas e o rendimento não é o mesmo”, afirma a cardiologista. Apesar das desvantagens que o trabalho em



## Má alimentação traz problemas de saúde e contribui para aumento de peso

Por Elaine Amaral  
Presidente do Sindicato da Saúde de Franca e Região e secretária-geral da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

O acesso a uma alimentação mais saudável no ambiente de trabalho dos profissionais de saúde é uma necessidade urgente. Seja para tomar um café ou fazer uma refeição, ou ainda aproveitar para passar no banco, o intervalo durante a jornada é um direito de todos os trabalhadores com carteira assinada, regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Esse intervalo é mais conhecido como o horário do almoço, mas ele pode ser usado para qualquer fim. É aí que a falta de conscientização – e mesmo de regras no local de trabalho – acaba por contribuir com uma alimentação não saudável do trabalhador que acaba enfrentando problemas, como obesidade e outras doenças decorrentes dos maus hábitos alimentares.

O ritmo alucinante de trabalho que a própria profissão exige prejudica a correta alimentação dos trabalhadores da saúde. Esta situação e agravada pela imposição de horários que nem sempre combinam com a necessidade desta refeição saudável.

Estas boas práticas são defendidas pelas entidades representativas dos profissionais da saúde, na forma de cláusulas das convenções coletivas. Ainda recentemente foram instituídas diretrizes de promoção da alimentação adequada e saudável nos ambientes de trabalho do serviço

público federal. Um exemplo que precisa ser seguido nos hospitais e nas unidades de saúde, seja dos municípios, seja do Estado e até na rede particular.

É preciso também instituir, no âmbito das redes de saúde particular e pública, programas de prevenção e controle da obesidade. Defendemos que os sindicatos de trabalhadores e a própria Federação integrem esforços na busca de melhor qualidade nos hábitos, horários e tipo de alimentação dos profissionais da saúde em seu ambiente de trabalho.

É preciso delimitar diretrizes de promoção da alimentação adequada e saudável nos ambientes de trabalho, que deverão ser trabalhadas junto com os profissionais da saúde.

Vemos como necessário o objetivo de reduzir casos decorrentes de agravos relacionados às doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão e diabetes e, claro, a obesidade. É preciso que todos se esforcem - sindicatos, federação, hospitais, tanto da rede pública quanto da particular - nos cuidados e caminhos para alcançar uma alimentação saudável, saborosa e balanceada, divulgando a variedade de alimentos disponíveis e orientando sobre as práticas culinárias, estimulando a valorização da cultura alimentar saudável, dentre outros materiais de educação alimentar e nutricional.

período noturno pode acarretar à saúde do profissional, há algumas formas de minimizar estes efeitos e ter uma vida mais saudável. “É importante que o profissional estabeleça horários fixos para dormir e acordar, que devem

ser respeitados até mesmo nos finais de semana e dias de folga; procure ambientes tranquilos para dormir e o mais escuro possível e mantenha uma dieta equilibrada e saudável”, aconselha Roseli Cavassani.





## Artigo sobre o fim do discurso vazio repercute na imprensa

por Henrique Rodrigues

Com o objetivo de manter relações próximas não só com os trabalhadores, mas também com a imprensa, o artigo de autoria do presidente da Federação

Paulista da Saúde, Edison Laércio de Oliveira, foi publicado em oito dos principais veículos de comunicação do Estado de São Paulo. Sob o título “O fim do discurso vazio do sindicalis-

mo”, o artigo explica como funciona a contribuição sindical e a importância dos sindicatos como únicas entidades que lutam pela manutenção de direitos trabalhistas.

Esse trabalho de aproximação com a imprensa começa com a equipe de jornalismo da Federação, que tem a responsabilidade de manter atualizados os jornalistas interessados em cobrir assuntos referentes à categoria da saúde e ao sindicalismo.

Além da contribuição sindical, outro assunto tratado por Edison Oliveira foi a insistência de colonistas e grandes meios de comunicação em criticar os sindicatos que representam trabalhadores e, ao mesmo tempo, poupando entidades que representam empresários. O diretor de Imprensa e Divulgação da Federação, Luiz Carlos Vergara Pereira, afirma que esta relação com a imprensa é essencial para informar a população sobre a situação na área



**“É fundamental este contato próximo com a imprensa. Representar os trabalhadores da saúde significa atuar diretamente nos assuntos que norteiam a área no Brasil.”**

**Luiz Carlos Vergara Pereira**  
Diretor de Imprensa e Divulgação da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

da saúde. “É fundamental este contato próximo com a imprensa. Representar os trabalhadores da saúde significa atuar diretamente nos assuntos que norteiam a área no Brasil. Temos um compromisso com a categoria, mas a população é a principal interessada no assunto, pois é ela quem será atendida pelos profissionais que representamos”, diz.

Além deste texto sobre o sindicalismo, outro material produzido por Edison Oliveira também teve repercussão na imprensa. O artigo “A conjuntura política e econômica não pode dismantlar o movimento sindical” foi

publicado em seis veículos de comunicação de todo o Estado.

“Ao manter essa comunicação com os jornais, a Federação possibilita que as informações referentes às atividades dos sindicatos cheguem nas casas das pessoas. Com este objetivo de transparência sempre intenso, vamos manter a boa relação com a imprensa”, finaliza Vergara.



## Presidente da Federação integra a Reunião Mundial da UniCare

por Vera Bison

O Comitê Executivo Mundial da UniCare se reuniu na sede central da Uni Global Union, em Nyon, Suíça, para discutir a crise crescente em todo o mundo e a necessidade de uma resposta integrada impulsionada pelos trabalhadores e sindicatos que os representam.

O evento, denominado Reunião Mundial da UniCare, aconteceu nos dias 6 e 7 de setembro e contou com 31 delegados sindicais de vários países, a exemplo de Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Gana, Itália, Irlanda, Nigéria, Suécia e Suíça.

O Brasil estava representado pelo presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, Edison Laércio de Oliveira, que também é vice-presidente da Uni Américas.

Durante o evento, temas como planos de ação da UniCare, cuidados domiciliares, lares de idosos, o futuro do trabalho e da tecnologia no setor de cuidados



**“Se os sindicatos de todos os países se unirem em busca de soluções, teremos muito mais chances de transformar a saúde e com profissionais capacitados.”**

**Edison Laércio de Oliveira**  
Presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

e a promoção de padrões mais elevados e a luta por trabalhos de qualidade no setor foram amplamente debatidos.

O presidente Comitê Executivo Mundial da UniCare, Carlos West Ocampo, dirigiu-se aos dirigentes sindicais destacando que os sindicatos podem ser parte do processo de transformação no setor da saúde, tão precário no

mundo, “Podemos ser parte da solução, buscando alternativas para as necessidades de milhões de trabalhadores no setor e proporcionar uma saúde melhor no mundo e com profissionais capacitados”, disse ele. Para Edison Oliveira, reunião como esta é de fundamental importância para conhecer os problemas que cada país enfrenta e buscar soluções para este setor tão essencial, que é a saúde, “pois a população do mundo está desgastada e ficando cada vez mais doente por falta de estrutura e atendimento. Se os sindicatos de todos os países se unirem em busca de soluções, teremos muito mais chances de transformar a saúde e com profissionais capacitados”, diz.



### União de sindicatos para um mundo melhor

Por Paulo Roberto Gondim Richieri

Presidente do Sindicato da Saúde de Piracicaba e Região e diretor-procurador da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Em termos globais, propaga-se o pensamento único, estigmatizado na ideologia

capitalista, agora chamada de neoliberal, como única opção possível não só local, mas global (embora parcialmente colocada “em xeque” com a recente crise do capitalismo mundial).

“Não há sociedade, só indivíduos”, certa vez disse Margaret Thatcher, uma das porta-vozes do neoliberalismo na Inglaterra. É o individualismo levado às últimas consequências, e assim, na medida em que o capital se reestrutura, a classe trabalhadora se fragiliza e caminha perigosamente para a desestruturação enquanto classe. Mas não foi apenas a composição da classe trabalhadora que se alterou. A própria subjetividade, o modo de ver o mundo dos trabalhadores, transformou-se, acontecendo mudanças radicais de mentalidades alteradas para o individualismo e não mais coletivos. Alienação e individualismo exacerbados vão minando os ideais de solidariedade e fraternidade entre os homens, com reflexo direto e imediato na participação sindical. No que diz respeito à categoria trabalho, destaco a necessidade de se resgatar sua centralidade e importância na vida humana, elemento fundamental na constituição do ser social. Sem nenhuma vergonha, pudor, nem sequer necessidade de justificativa prévia, impõe-se a todos os países a observância quase cega a tais necessidades, reais ou criadas, de tal mercado. E, em nome de tal mercado, políticas econômicas são guiadas e direcionadas, deixando em segundo plano – para não dizer em último – as políticas sociais, como saúde, seguridade, educação, etc.

No Brasil, há uma grande distância entre a lei e a realidade, ou seja, há uma grande quantidade de leis muitas vezes avançadas, mas que não se fazem reais no dia a dia. A Constituição Brasileira é exemplo de um diploma jurídico extremamente avançado, mas que contém diversas normas constitucionais que não alcançam reprodução no âmbito social. A situação se revela mais grave na medida em que não houve no Brasil um efetivo Estado de Bem-Estar Social, de maneira

que a ineficácia das normas causa um impacto mais significativo para a seguridade social dos trabalhadores. Ainda em termos ideológicos, a própria noção de direitos sociais se altera. Direitos, que são fruto de lutas e conquistas, passam a ser assumidos como direitos consumíveis da maneira mais rápida possível.

É preciso resgatar, pois, o conteúdo ético do trabalho, que não se limita ao enfrentamento básico das necessidades humanas, mas também em seu papel de inclusão social e de elemento de construção da identidade humana, da sociabilidade e edificação cultural. É necessária a preocupação com os trabalhadores informais, desempregados, precarizados, temporários e outros, devendo o sindicalismo buscar formas de pressão e disputa que tenham efetividade em um mundo do trabalho que se transformou e se transforma a cada dia, não podendo ficar preso às amarras das formas de luta tradicionais.

A globalização, como se vê, é uma ideologia, pois faz com que todas as partes do mundo acreditem que determinado interesse, que passa a ser dominante, é o interesse de todos os Estados, quando, em verdade, só interessa a determinado número deles. A globalização, ao impor a privatização das empresas públicas, o fim das políticas de bem-estar social e a desregulamentação dos mercados, atenua a soberania nacional, vinculando a política econômica dos países aos ditames dos investidores estrangeiros, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

No que concerne às propostas, não estão sendo tomadas, pelas centrais, com a dimensão contestatória ao capital. De qualquer forma, as centrais assumiram a abertura a outros grupos além dos trabalhadores com vínculo formal, aproximando-se dos movimentos sociais e buscando uma atuação internacional, propostas estas já representativas de um grande avanço ao movimento sindical. Entretanto, falta um projeto societário comum que, de fato, unifique as lutas das classes subalternas, ultrapassando as demandas tradicionais relacionadas aos interesses econômicos.





## 1º Workshop Paulista de Oratória, a busca pela boa comunicação

por Henrique Rodrigues

A Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo promoveu em 12 cidades do Estado o 1º Workshop Paulista de Oratória para os diretores sindicais. O evento foi realizado no período de 8 a 30 de agosto, lembrando que o curso para os sindicalistas de Campinas aconteceu em fevereiro, paralelamente ao Workshop Paulista de Organização Sindical, realizado em Nazaré Paulista. Em todos os eventos, o presidente da Federação, Edison Laércio de Oliveira, esteve presente.

A iniciativa teve por objetivo melhorar ainda mais a capacidade dos diretores sindicais de contornar situações difíceis e inesperadas, projetar uma imagem confiante e simpática e conversar com desenvoltura em todos os ambientes, principalmente em assembleias com os trabalhadores. Todos os cursos foram ministrados para um grupo de 11 diretores de cada sindicato, que foram escolhidos de acordo com critério de cada diretoria sindical. O treinamento, direcionado aos diretores sindicais, foi ministrado por Mário

### O que pensam os dirigentes sindicais



#### Paulo Roberto Gondim Richieri - Piracicaba

Acrescentou muito, qualificando e não tão somente na exposição de nossas opiniões de venda, como também no que e porque compramos ideias apresentadas. Tivemos o prazer de incluir duas de nossas funcionárias que lidam com o público antes mesmo destas chegarem a nós diretores. O resultado tem sido de melhor organização em nossos discursos e debates, configurando um quase único pensamento e exposição.



#### Milton Sanches - Sorocaba

Na minha visão, foi muito bom, esclarecedor, com o palestrante que já era conhecido por nós em uma grande performance. Em suma, tudo correu como o esperado, ficando a cobrança por parte dos participantes; que outros eventos como este sejam mais constantes na agenda de Federação.



#### Sebastião Aparecido Matias – Presidente Prudente

O curso de oratória foi fundamental para avaliar o desenvolvimento de cada diretor e possibilitar de forma ampla e geral a experiência de se comunicar em público. Além da comunicação foi de suma importância as informações necessárias sobre a área da saúde. Foi um ótimo curso, que veio em boa hora para nos ajudar.



#### Edna Alves - Jaú

Preparar-se e se informar sobre a área da saúde foi um dos pontos abordados. Neste ponto, pensando em crescimento e desenvolvimento, o curso serviu para os sindicatos investirem nos seus diretores para que eles tenham mais desenvoltura e confiança para atender a categoria.



#### Leide Mengatti - Campinas

O curso foi muito importante para aperfeiçoar os conhecimentos dos sindicalistas, principalmente para os que estão chegando neste cenário. É um curso voltado para pessoas que necessitam aprender, lapidar e desenvolver seus conhecimentos, suas habilidades e suas atitudes para falar em público com desenvoltura. Manter boa comunicação com os trabalhadores é fundamental para a nossa atividade.



**Elaine Amaral – Franca**

O curso de oratória foi fundamental para o sindicalista melhorar ainda mais a sua autoconfiança, persuasão e ainda contribuiu para potencializar a capacidade de liderar.



**Erivelto Corrêa de Araújo - Araçatuba**

Aprender e ter mais conhecimento é sempre importante para tudo. Tive a oportunidade de melhorar meu desempenho frente o trabalhador neste curso e me sinto ainda mais preparado para liderar minha equipe e a categoria.



**Sérgio Roberto Balduino da Silva – Ribeirão Preto**

O curso foi muito importante para todos os dirigentes sindicais. Melhorar cada vez mais a comunicação com o trabalhador é de fundamental importância para o movimento sindical.



**Maria Hermann – Rio Claro**

Iniciativas como esta melhoram a categoria da saúde. O curso de oratória fará com que os sindicalistas fiquem ainda mais preparados para ouvir o trabalhador, saber como lidar com determinadas situações e atender às necessidades dos colegas.



**Carlos José Gonçalves – São José dos Campos**

Este curso foi fundamental não só para melhorar a comunicação dos sindicalistas, mas também para nos dar ainda mais confiança naquilo que fazemos. Não tenho a menor dúvida de que agregou conhecimento para todos os participantes.



**“Ninguém tem medo de falar em público e sim medo de errar em público. Isto é muito frustrante para a pessoa.”**

**Paulo Pimentel**  
1º vice-presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Lopes, da empresa Arte & Imagem.  
“Ninguém tem medo de falar em público e sim medo de errar em público. Isto é muito frustrante para a pessoa. O método da oratória nada mais é do que um curso para promover autoconfiança e capacitação aos participantes”, destaca o vice-presidente da Federação Paulista da Saúde, Paulo Pimentel.  
Ele lembra das explicações da palestrante motivacional, Teresa Amorim, que durante o 17º Encontro Paulista da Saúde do ano passado explicou a importância de se comunicar. “É impossível

vel motivar alguém, porque a motivação vem da própria pessoa. É intrínseco. O que podemos e devemos fazer é estimular, incentivar ou provocar os desmotivados para que eles busquem o melhor de si e é este o principal objetivo deste workshop: aflorar a motivação sobre algo que já está dentro da pessoa”, diz Pimentel.  
“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.” Esta frase é do cineasta Charles Chaplin e ilustra a importância do 1º Workshop Paulista de Oratória.



**Paulo Pimentel - Santos**

Melhorar ainda mais o nosso desempenho frente às crises que o Brasil vem sofrendo é fundamental para o movimento sindical. Damos neste curso de oratória um importante passo para não só saber se comunicar com o trabalhador, mas também saber ouvi-lo.



**Aristides Agreli Filho – São José do Rio Preto**

Como diz a música, somos eternos aprendizes. O curso de oratória possibilitou que o nosso trabalho possa ser feito com mais qualidade e precisão. O trabalhador espera esta objetividade de nós, dirigentes sindicais.



## Federação participa da 4ª Conferência Regional da Uni Américas, na Colômbia

por Vera Bison

Mais de 600 delegados de todas as Américas se reuniram em Medellín, Colômbia, nos dias 4 a 9 de dezembro na 4ª Conferência Regional, promovida pelas Uni Américas em parceria com a Uni Global Union, organização que representa mais de 20 milhões de trabalhadores da área de serviços, em 160 países de todos os continentes, para discutir os problemas enfrentados pelos sindicalistas.

Inspirado no poema do escritor uruguaio Mario Benedetti: “Vamos juntos, companheiro! Com seu querer e minha vontade.”, o encontro visou discutir com as lideranças sindicais do continente americano os desafios do novo mundo do trabalho das Américas em nível global e unir forças para a construção de um plano estratégico para proteger os trabalhadores.

A Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, entidade filiada à Uni Global Union, também marca presença no evento com as diretoras Edna Alves, que é presidente do Sindicato da Saúde de Jaú e Região; Elaine da Silva Amaral, que é presidente do Sindicato da Saúde de Franca e Região; Sofia Rodrigues do Nascimento, que também é vice-presidente do Sindicato da Saúde Campinas e Região. Ainda pelo Sindicato da Saúde de Campinas e Região estiveram presentes a diretora de Comunicação, Maria Neves, e as diretoras Juliana Karine Machado Rodrigues e Regiane Amaro Teixeira.

Durante os dias da Conferência Regional, os líderes sindicais debateram assuntos inerentes aos problemas enfrentados em cada país e definiram um plano estratégico de atuação até 2020, tendo como base os seguintes eixos:

- Como continuar com os processos de sindicalização em empresas globais e regionais
- A responsabilidade social das empresas
- O apoio às campanhas de organização e o desenvolvimento de capacidades
- O fortalecimento da negociação coletiva
- Como continuar crescendo sindicalmente

Nos dias 4, 5 e 6 de dezembro, mais de 130 mulheres de todas as Américas, entre elas as brasileiras, reuniram-se para discutir questões como a desigualdade de gênero, as disparidades salariais entre homens e mulheres e, em particular, a violência contra as mulheres. Entre os pontos da agenda, também estavam a eleição do Comitê Executivo de Mulheres e da Secretaria Regional da Uni Américas. O avanço das políticas conservadoras e de direita na América do Sul também esteve em pauta.

Em seguida, nos dias 7, 8 e 9, as mulheres se uniram aos demais sindicalistas para discutir e debater sobre os problemas enfrentados em cada região. Abrindo os trabalhos, o secretário-geral da Uni Global Union, Philip Jennings, disse que as Américas estão em risco, desde EUA, Brasil, Argentina



**“Se cada um fizer a sua parte para buscar a solução dos problemas já é o bastante para termos um sistema de saúde melhor...”**

**Elaine Amaral**  
Secretária-geral da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

e Colômbia. “Estamos vendo um fechamento de espaços democráticos. Como sindicatos, vamos lutar para crescer e representar as pessoas que trabalham, baseando-se em inclusão social, democracia, direitos trabalhistas e, o mais importante, buscar a paz”, diz, complementando que, “após o avanço nas negociações de paz na Colômbia, esta é uma oportunidade para escrever um novo capítulo na história da Colômbia. Só com a paz, podemos começar a fazer mudanças reais.”

Adriana Rosenzvaig, secretária da Uni Américas Regional disse que “ao longo de décadas de perseguição dos sindicatos, incluindo assassinatos, desaparecimentos e ameaças, este país (Colômbia) deu o exemplo para a região como um defensor tenaz, corajoso e heróico dos direitos humanos. Sediada a conferência regional em Medellín tem um valor simbólico por causa da história sindical da cidade, os nossos laços com a Escola Nacional Sindical”, destacou ela.

Para as representantes brasileiras, a união dos sindicalistas de todo o mundo é a oportunidade de conhecer os problemas de cada país e unir forças

para contorná-los, buscando alternativas para melhorar e tornar um mundo melhor e mais saudável. “Se cada um fizer a sua parte e trabalhar para buscar a solução dos problemas já é o bastante para termos um sistema de saúde melhor, independente de raça, cor, religião ou ideologia política”, diz a secretária-geral da Federação Paulista da Saúde, Elaine Amaral.

O vice-presidente da Uni Américas para o setor da saúde, Edison Laércio de Oliveira, que também é presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, destaca que um dos principais objetivos da instituição é construir acordos unificados para que profissionais da saúde tenham os mesmos direitos. “Se todos

se unirem e seguir numa mesma direção e, em conjunto, desenvolver planos de ação para a área da saúde, visando a melhoria nos salários, profissionalização e capacitação dos trabalhadores, teremos profissionais mais qualificados e, consequentemente, um atendimento mais humanizado na saúde”, conclui.

## Trabalhadores da saúde de Bauru e região renovam a diretoria para comandar o sindicato

por Vera Bison

Os trabalhadores da saúde de Bauru e região têm novos dirigentes sindicais para defender seus direitos. A diretoria, que assume o Sindicato da Saúde de Bauru e Região e é comandada por Noel Moreira, já começou a atuar para reorganizar administrativamente a entidade. As eleições aconteceram em 27 de outubro do ano passado e a Chapa 2, de Noel Moreira, que concorreu com mais duas, venceu a disputa, seguida da Chapa 1, encabeçada por Vera Lúcia Salvadio Pimentel; e da Chapa 3, liderada por Vera Lucia Alexandre de Oliveira. Em sua posse, que aconteceu após o encerramento das eleições, o presidente eleito para comandar por cinco anos os trabalhadores da base do Sindicato da Saúde de Bauru, Noel Moreira, destacou que o seu compromisso será de fazer o melhor para todos os trabalhadores da saúde. “A categoria reconheceu nossa atuação e nos elegeu para representá-la pelos próximos cinco anos, confiando que vamos lutar por condições decentes de trabalho e este é o nosso compromisso. Estamos começando, mas não temos medo da luta e

para isto conto com diretores preparados e dispostos a buscar o melhor para nossa categoria”, disse ele.

### Processo eleitoral

As eleições foram realizadas em outubro por decisão do juiz Sérgio Polastro Ribeiro, da 3ª Vara do Trabalho de Bauru, que, em setembro, anulou as eleições realizadas em 2014. A anulação atendeu à ação na Justiça, contestando os resultados das eleições. As chapas perdedoras alegaram ainda que os componentes da chapa vencedora impediram, durante o processo eleitoral, a presença de fiscais e que os eleitores fora da base territorial do Sindicato em questão votassem.

Em setembro, quando saiu a sentença judicial, o juiz nomeou a Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo como interventora para conduzir o novo processo eleitoral. A Federação, por seu presidente Edison Laércio de Oliveira, constituiu a Comissão Eleitoral com os diretores sindicais Erivelto Correa e Valdeir Magri, de Araçatuba; Paulo Richieri e Paulo Cesar, de Piracicaba; e Edna Alves,



### Trabalhador da saúde merece ser valorizado

**Noel Moreira**

Presidente do Sindicato da Saúde de Bauru e Região, filiado à Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

A eleição para compor uma nova diretoria no Sindicato da Saúde de Bauru, que aconteceu

no dia 27 de outubro, foi bastante disputada e trouxe a esta diretoria, eleita para assumir o sindicato, muita responsabilidade e compromisso de luta.

Uma eleição em que teve regras determinadas pelo juiz pela 3ª Vara do Trabalho de Bauru, que havia destituído toda a diretoria deste sindicato e nomeado como interventora a Federação dos Trabalhadores do Estado de São Paulo e determinado também que o pleito eleitoral seria organizado e realizado por diretores da Federação, que comporiam a mesa coletora de votos juntamente com a presença de um fiscal em cada chapa, além do oficial de justiça.

Com a coleta de votos, a apuração e posse da chapa vencedora no mesmo dia, o Sindicato da Saúde de Bauru já começou a se reestruturar e planejar as ações para estar devidamente preparado em 2017. A presença da Federação da Saúde tornou este pleito eleitoral tranquilo, mostrando uma organização com muitos detalhes desde a publicação do edital até a ata de posse. Com uma equipe de diretores, eleita pelo voto da categoria, agora é colocar o sindicato em ordem e ir à luta, pois tinha muitos acordos coletivos/convenção atrasados. Fizemos a comunicação aos hospitais e reiniciamos as negociações; temos que atuar sempre em prol da categoria e buscar melhorias, pois estamos passando por tempos difíceis.

de Jaú. Esta comissão assumiu a mesa dos trabalhos do processo eleitoral, certificando-se de que as urnas estavam devidamente vazias, lacrando-as na sequência, para evitar quaisquer reclamações posteriores. Para Edison Oliveira, o processo eleitoral foi transparente, fiscalizado e acompanhado por sindicalistas

É sempre importante destacar que a saúde da população depende de investimento de recursos, de políticas econômicas e sociais. Garantia de emprego, salário, casa, comida, educação, lazer e transporte também interferem nas condições de saúde e de vida. Saúde não é só atendimento médico, mas também prevenção, educação, recuperação e reabilitação. Para obter bons resultados é necessário muita luta de toda a sociedade.

Em geral, o caminho não é fácil e requer grande disposição. Mas vale a pena! Ao reivindicar o cumprimento da lei, você busca resolver o seu problema pessoal e também contribui para a melhoria dos serviços e das ações de saúde para toda a comunidade.

O Brasil é referência em saúde pública, apesar de todas as dificuldades inerentes a um país em desenvolvimento. No entanto, segundo pesquisa do Datafolha, 93% não aprovam serviços oferecidos pelas redes pública e privada. Primeiramente, as pessoas mais indicadas para esta resposta muitas vezes são as que menos são ouvidas. A população, em sua maioria, não conhece direitos quanto à participação na construção de um sistema de maior eficácia. Além de investimentos em humanização do atendimento, educação permanente é fundamental. Em nossa primeira participação junto à Federação em uma reunião no dia 2 dezembro 2016, tratamos esses e outros assuntos de interesse dos trabalhadores da saúde. Na oportunidade, foi possível ver e sentir a união de todos para que haja companheirismo em prol de melhorias para uma área que não tem o devido valor.

da Federação. “Além da luta pela valorização da categoria, nosso compromisso com os trabalhadores da saúde sempre visou a transparência e vamos continuar levantando esta bandeira e contando com esta nova diretoria, que se comprometeu a representar e muito bem a categoria a qual ela pertence.”



# Presidente da Federação é homenageado na Câmara Municipal de Valinhos

por Vera Bison

Pelos trabalhos desenvolvidos, visando a valorização do profissional e qualidade dos serviços na área da saúde em Valinhos, o presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, Edison Laércio de Oliveira, recebeu o título de “Cidadão Honorário de Valinhos”.

O evento aconteceu no dia 1º de dezembro do ano passado, às 19 horas, no plenário da Câmara Municipal da cidade. Na oportunidade também recebeu o RG valinhense.

A indicação para receber o título partiu do vereador Ademar Veiga Júnior, que observou no sindicalista, de forma significativa, um grande defensor da qualidade de vida da população valinhense. Na

tribuna, o vereador lembrou que Edison Oliveira, além de trabalhar em prol da saúde, ser um grande defensor da qualidade de vida da população e dos profissionais de saúde, também é amigo do povo valinhense e, portanto, a homenagem é muito justa. “A população precisa de pessoas que trabalham para a coletividade e não só para si”, disse Veiga.

O presidente da Federação Paulista da Saúde agradeceu a homenagem, dizendo que a responsabilidade aumenta ainda mais com este título. “A saúde é o bem maior que temos e se trabalharmos com afinco numa área tão essencial, que é a saúde, e qualificar os profissionais desta área, a cidade só tem a ganhar. Por isto, minha responsabilidade aumenta ao ser designado como cidadão valinhense”, diz.



1. Vereadores de Valinhos e os homenageados. 2. Edison Laércio de Oliveira ladeado pela esposa, Márcia de Oliveira Falleiros, e o irmão, Almir Paulo Carlos de Oliveira. 3. Edison Laércio de Oliveira e o vereador Ademar Veiga Júnior

Sindicatos filiados à Federação da Saúde do Estado de São Paulo

**Araçatuba**  
Rua Afonso Pena, 1.328 - Vila Mendonça  
Fone (18) 3622-1207  
Site: [www.sinsaudearacatuba.org.br](http://www.sinsaudearacatuba.org.br)

**Bauru**  
Rua Bandeirantes, 12-50 - Centro  
Fone (14) 3235-6377  
Blog: [saudeeluta.blogspot.com](http://saudeeluta.blogspot.com)

**Campinas**  
Rua Duque de Caxias, 368 - Centro  
Fone (19) 3739-4277  
Site: [www.sinsaude.org.br](http://www.sinsaude.org.br)

**Franca**  
Rua Arthur Marangoni, 2.421 - Vila Industrial  
Fone (16) 3721-4855  
Site: [www.sinsaudefranca.org.br](http://www.sinsaudefranca.org.br)

**Jaú**  
Rua Sebastião Ribeiro, 501 - Centro  
Fone (14) 3622-4131  
Site: [www.sindsaudejau.com.br](http://www.sindsaudejau.com.br)

**Piracicaba**  
Rua Riachuelo, 1.111 - Centro  
Fone (19) 3434-0424  
Site: [www.saudesin.com.br](http://www.saudesin.com.br)

**Presidente Prudente**  
Rua Djalma Dutra, 759 - Vila Ocidental  
Fone (18) 3222-7578

**Ribeirão Preto**  
Rua Marquês de Valença, 33 - Alto da Boa Vista - Fone (16) 3635-1205  
Site: [www.sinsaudepr.org.br](http://www.sinsaudepr.org.br)

**Rio Claro**  
Rua 2, 432 - bairro Saúde  
Fone (19) 3534-0155

**Santos**  
Avenida Ana Costa, 70 - Vila Matias  
Fone (13) 3202-8074  
Site: [www.sintrasaudesantos.org.br](http://www.sintrasaudesantos.org.br)

**São José do Rio Preto**  
Rua Rio Preto, 3.271 - bairro Redentora  
Fone (17) 3211-2525  
Site: [www.sindsauderiopreto.org.br](http://www.sindsauderiopreto.org.br)

**Sorocaba**  
Rua Cel. José Prestes, 113 - Centro  
Fone (15) 3219-1520  
Site: [www.ssaude.org.br](http://www.ssaude.org.br)

**São José dos Campos**  
Praça Londres, 47 - Jd. Augusta  
Fone (12) 3922-8151  
Site: [www.sindsaudsjc.org.br](http://www.sindsaudsjc.org.br)

## Diretoria Efetiva

**Edison Laércio de Oliveira** – presidente  
**Paulo Pimentel** – 1º vice-presidente  
**Erivelto Correa Araújo** – 2º vice-presidente  
**Mychelle Nascimento Francisco** – diretora de Relações Públicas  
**Elaine da Silva Amaral** – secretária-geral  
**Edna Alves** – 1ª secretária  
**João do Nascimento Carvalho** – 2º secretário  
**Valdeir Magri** – tesoureiro-geral  
**Aristides Agreli Filho** – 1º tesoureiro  
**Alexandre Ferreira Corte** – 2º tesoureiro  
**Sérgio Roberto Balduino** – diretor de Assuntos da Previdência Social  
**Maria das Graças Artur Machado** – diretora de Recursos Humanos  
**Paulo Roberto Gondim Richieri** – diretor-procurador  
**Leide Mengatti** – diretora de Relações Intersindicais  
**Carlos José Gonçalves** – diretor de Legislação e Normas  
**Luiz Carlos Vergara Pereira** – diretor de Imprensa e Divulgação

**Maria Hermann** – diretora cultural  
**Milton Carlos Sanches** – diretor de Assuntos Parlamentares  
**Vera Lúcia Salvádo Pimentel** – diretora arquivista  
**Maria Jerusa de Abreu** – diretora de Sede e Patrimônio

## Diretoria Suplente

**Maria Helena Anunciação de Souza**  
**Marcelo Alexandre Cândia dos Santos**  
**Anselmo Eduardo Bianco**  
**Sofia Claudete Rodrigues Borges**  
**Maria Ivanilde de Araújo Almeida**  
**Floraldo Pereira de Almeida**  
**Maria Cecília da Silva**  
**Maria do Carmo de Oliveira**  
**Arnaldo Batista de Almeida**  
**Marcos Paulo Jordano**  
**Carlos José Suzano da Silva**  
**José Monteiro dos Santos**  
**Susana Chiarelli dos Santos**  
**Marly Alves Coelho**  
**Ana Ferreira da Silva**

**Shirley Cristina dos Santos Bertin**  
**Elidalva da Silva Lima**  
**Martinho Luiz dos Santos Dias**  
**Tais Aparecida Jacon Matheus**  
**Vera Lúcia Andrade de Oliveira**

## Conselho Fiscal - Efetivos

**Elizabete Antonia Bertin**  
**Rozeléia Barbosa dos Santos**  
**Lierse Christovam de Almeida**

## Conselho Fiscal - Suplentes

**Sofia Rodrigues do Nascimento**  
**Natalício Valério da Silva**  
**Francisco Sálvio de Almeida**

## Delegados Representantes na CNTS - Efetivos

**Marta Alves de Carvalho**  
**Paulo Cesar Pereira Richieri**

## Delegados Representantes na CNTS - Suplentes

**Ivone Carrocini**  
**Sebastião Aparecido Matias**



Esta é uma publicação da Federação da Saúde do Estado de São Paulo  
Site: [www.federacaodasaude.org.br](http://www.federacaodasaude.org.br)  
Facebook: [facebook.com/federacao.saude](https://facebook.com/federacao.saude)  
E-mails: [presidente@federacaodasaude.org.br](mailto:presidente@federacaodasaude.org.br) / [financeiro@federacaodasaude.org.br](mailto:financeiro@federacaodasaude.org.br)  
Presidente: Edison Laércio de Oliveira  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Vergara Pereira  
Redação e criação: DOMMA Comunicação Integrada

Site: [www.domma.com.br](http://www.domma.com.br)  
Editora responsável: Sirlene Nogueira (Mtb 15.114)  
Redação: Henrique Rodrigues (Mtb 76.818), Gabriela Rodrigues (Mtb 77.315) e Vera Bison (Mtb 12.391)  
Fotos: Ari Ferreira  
Editoração: Felipe Teixeira e Matheus Vitorelli  
Capa: Sirlene Nogueira e Felipe Teixeira  
Tiragem: 5 mil exemplares  
As matérias assinadas não condizem, necessariamente, com a opinião da diretoria. São de exclusiva responsabilidade dos seus autores.



DEMOCRACIA **A**TIVA

*Trabalhador calado e*  
**SOBRECARRREGADO?**

SOMENTE NOS CINEMAS



Em *Tempos Modernos*, um trabalhador entra em colapso após desempenhar uma tarefa sem descanso durante longos períodos. Este é um filme de Chaplin, criado em 1936. Depois de 80 anos, os trabalhadores ainda lutam para que a sobrecarga de trabalho fique no passado. A humanização do trabalho na saúde começa com a aprovação, pela Câmara Federal, da jornada de 30 horas para o enfermeiro (PL 2295/08). Não se cale, junte-se a nós. Saúde sem qualidade não tem graça.

